

Apresentação

O Boletim Econômico Capixaba é uma publicação mensal do Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo (Ideies), entidade da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) e apresenta as principais análises e indicadores da economia brasileira e capixaba.

A publicação está dividida em sete seções. A primeira seção traz a **Especialista Convidada** Eduarda La Rocque, economista-chefe do Banestes, escritora, gestora pública, conselheira, palestrante e professora. É fundadora do Pacto do Rio e do Fórum de Sustentabilidade do Rio - Acordos pela Metrópole. Nesta oportunidade ela escreve sobre “Um pacto pela prosperidade do Espírito Santo”.

A segunda seção – **Cenário Econômico** – aborda as últimas informações sobre o COVID-19, as previsões de impacto da pandemia no crescimento mundial e brasileiro, além da análise conjuntural com os últimos dados setoriais disponíveis e um **box** sobre os ensaios para a retomada das atividades econômicas.

Na terceira seção – **Desempenho Industrial** – são analisados os índices de confiança dos empresários industriais e alguns impactos da pandemia na produção de alguns setores. Também há uma análise conjuntural com os últimos dados fechados para a indústria do Brasil e do Espírito Santo, relativos à fevereiro. A seção é concluída com um **box** sobre a indústria do petróleo em meio ao cenário de contração da demanda mundial por fontes energéticas.

A quarta seção – **Comércio Exterior** – faz uma análise da conjuntura do comércio internacional nos três primeiros meses do ano, já identificando impactos da crise do COVID-19.

A quinta seção – **Crédito** – traz as expectativas para o crescimento do setor neste ano no Brasil e alguns indicadores mais recentes que já refletem impactos da pandemia. Em seguida, há a análise conjuntural pré-COVID-19 com os dados do Banco Central para o mercado de crédito nacional e estadual, referentes ao mês de fevereiro.

A sexta seção – **Finanças Públicas Estaduais** – analisa a aprovação do substitutivo do Projeto de Lei Complementar nº

149/2019 na Câmara dos Deputados, que ainda deverá ser analisado no Senado, e que criou controvérsias entre especialistas da área de finanças públicas. Além disso, também há uma análise sobre as receitas e despesas do Governo do Estado nos três primeiros meses de 2020.

A última seção apresenta os **Comentários Finais**.

Por fim, esta edição do Boletim traz dois **Anexos** que reúnem informações sobre linhas de créditos e medidas de auxílio econômico anunciadas tanto pelo Governo Federal, quanto pelo Governo do Espírito Santo.

Além deste documento com as análises completas, o Ideies disponibiliza todo os gráficos e tabelas deste Boletim em formato de planilha, possibilitando uma outra forma de visualizar e interagir com os dados. Você pode baixar o arquivo em: http://bit.ly/DadosBEC_abril20.

O Ideies também produz, diariamente o boletim de acompanhamento do COVID-19 no Espírito Santo, disponível em: <https://findes.com.br/medidascoronavirus/boletinsdoideies>.

Seções

1. Especialista convidada – Eduarda La Rocque	02
2. Cenário Econômico	06
3. Desempenho Industrial	16
4. Comércio Exterior	22
5. Crédito	26
6. Finanças Públicas Estaduais	32
7. Comentários Finais	37
Anexos	38

1. Especialista Convidada - Eduarda La Rocque¹

Um pacto pela prosperidade do Espírito Santo

Com a deflagração da crise sanitária mundial pela pandemia do COVID-19, o Brasil atravessa um momento de grandes dificuldades. O país ainda não se recuperou da crise econômica de 2014, que impulsionou a agenda de reformas dos anos seguintes, iniciadas no governo Temer (2016-2018). No entanto, as medidas não surtiram o efeito esperado, em especial no crescimento econômico e aumento da renda dos trabalhadores. A economia brasileira já estava em desaceleração desde antes da pandemia do COVID-19². Entre os economistas, a crise sanitária foi capaz de criar um consenso, o estado precisa mostrar-se mais presente e um aumento temporário do déficit público é fundamental para salvar vidas e evitar o colapso econômico³.

Este texto vai fugir dos cenários econômicos, das previsões usuais do mercado: PIB, inflação, câmbio, juros, comércio exterior, mercado de trabalho. Os modelos macroeconômicos não valem mais. Houve uma ruptura definitiva. A economia pode ir bem além do pobre dueto PIB e inflação, tal como vem nos falando há tempos André Lara Resende. E como alerta Yunus Muhammad⁴, se não nos engajarmos em um programa de recuperação econômica pós-coronavírus impulsionado por uma consciência social e ambiental, inevitavelmente tomaremos um caminho muito pior do que a catástrofe do coronavírus.

O abalo socioeconômico causado pela pandemia mostrou para a comunidade internacional a importância de valorizar a vida humana no planejamento da economia. Segundo o FMI, as políticas eficazes são fundamentais para prevenir resultados piores. No curto prazo, as medidas de contenção do contágio afetarão a atividade econômica, mas devem ser vistas como um investimento imprescindível à saúde humana e economia a longo prazo.

É de se esperar que as desigualdades sociais neste período aumentem, especialmente nos países mais vulneráveis, sujeitos a impactos maiores na economia e na saúde. Além dos efeitos na renda, trabalho e PIB, a base da pirâmide está mais sujeita à contaminação e a desenvolver casos mais graves da infecção por covid-19. Isso porque, o contágio é maior entre pessoas que dividem o mesmo cômodo, usam transporte público, não possuem saneamento básico e seguem trabalhando para alcançar uma renda mínima de subsistência. Um olhar diferenciado para as classes mais baixas promovendo efeitos redistributivos, tais como um programa de renda mínima prolongado, é fundamental.

O sistema público pressupõe a solidariedade e a justiça – os mais ricos deveriam pagar mais, mas nossas leis são extremamente regressivas. Deveríamos começar por corrigir isto. Não é só uma questão de justiça, mas também econômica. A única forma de voltarmos a crescer é através de políticas redistributivas. A propensão marginal a consumir das classes mais baixas é muito maior. Agora temos que distribuir o bolo para fazê-lo voltar a crescer. Até Armínio Fraga já se convenceu⁵:

“A desigualdade é um veneno, que dificulta a construção de uma agenda de reformas necessária para o crescimento. Sem crescimento as oportunidades de melhoria do padrão de vida das pessoas são muito escassas. Ou seja, o combate à desigualdade é mais do que um imperativo moral – é condição necessária para a construção e execução uma agenda de crescimento sustentável e inclusivo. Por isso não se deve repetir o erro dos anos 60 e 70, quando se defendia o crescimento do bolo antes de seu fatiamento. [...] Além de investir mais no social, cabe também um esforço para aumentar a produtividade do Estado, ou seja, cabe melhorar a gestão do Estado com vistas a entregar mais e melhores serviços e bens públicos por unidade de gasto público.”

¹ Eduarda La Rocque é economista-chefe do Banestes, escritora, gestora pública, conselheira, palestrante e professora. É fundadora do Pacto do Rio e do Fórum de Sustentabilidade do Rio - Acordos pela Metrópole

² Desenvolvimento Capixaba | <http://desenvolvimentocapixaba.net/noticias/66-nota-crise-covid-19>

³ Grupo de conjuntura da UFES | https://blog.ufes.br/grupodeconjunturaufes/2020/04/13/covid-19-e-o-agravamento-da-pandemia-neoliberal/?fbclid=IwAR14wh-KaQNBKXpOPFh_ssx6TSyGhO-Y4cZXW4KladmDcrAn7qkaNf0nAD4

⁴ Artigo publicado no jornal italiano La Repubblica no dia 18.04.2020.

⁵ “Estado, desigualdade e crescimento no Brasil”, Arminio Fraga Neto, Revista Novos Estudos Cebrap (2020).

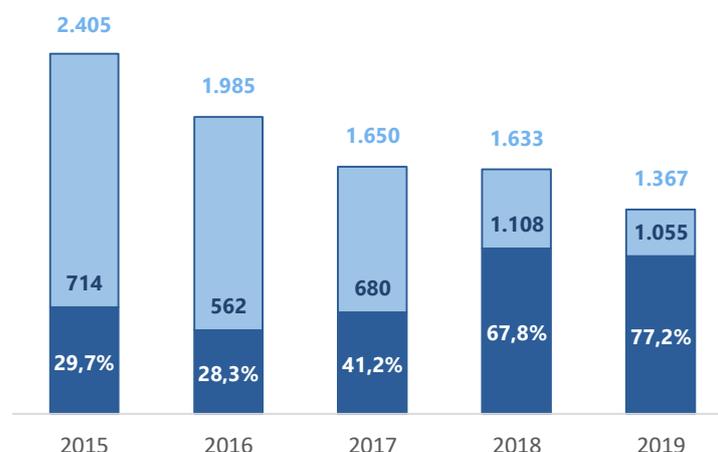
Contexto Econômico e Social no Espírito Santo

No Espírito Santo, a economia já vinha enfrentando alguma dificuldade para se reerguer após a crise de 2015, ainda mais em função dos desastres ambientais em Mariana e Brumadinho. O forte ajuste fiscal realizado durante a recessão afetou a qualidade dos serviços públicos estaduais e municipais. Em 2017, apesar de uma certa recuperação econômica, houve um aprofundamento da precarização das relações de trabalho e crescimento da população em situação de vulnerabilidade social no estado⁶.

São muitos os desafios do Estado, principalmente aqueles ligados à melhoria de qualidade de vida dos mais vulneráveis, o enfrentamento à pobreza e aos mais diversos

tipos de desigualdades. Mas o fato de ser o único Estado avaliado com nota A pelo Tesouro Nacional desde 2012 e um atual governo comprometido com a responsabilidade fiscal e com a redução das desigualdades sociais e regionais faz com que surja a esperança de um caso de sucesso real de desenvolvimento sustentável e inclusivo no país. Ressalta-se o vigor dos investimentos do governo do Estado, que atingiram a soma de R\$ 1,055 bilhão em 2019, representando um montante de investimentos realizados em relação ao total orçado de 77,2%, a melhor proporção desde 2015, o que é muito incomum num primeiro ano de governo.

Gráfico 1 - Investimento total orçado para o ano (em R\$ milhões) e quantidade realizada (em R\$ milhões e em %) - Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA médio de 2019

Nota 2: Despesas empenhadas

Fonte: Portal da Transparência ES e Lei Orçamentária Anual/ES (2015-2019)

Elaboração: Ideies / Findes

A arrecadação do Estado vem sofrendo com a crise, mas o Estado tem pelo menos duas importantes vantagens para não só enfrentá-la como ter uma forte e rápida recuperação. A primeira é um alto nível de "capital cívico" e a segunda, uma enorme capacidade de endividamento do Estado. O ES fechou 2019 com um endivida-

mento líquido de cerca de 14% sobre a Receita corrente líquida, quando o limite é de 200%. É claro que o amplo espaço para os novos investimentos deve ser ocupado por projetos rentáveis, que gerem receita para o governo no futuro. Temos que pensar na sustentabilidade a longo prazo de cada um dos entes federativos.

⁶ MEDEIROS, R. Modelo de desenvolvimento do ES não pode ficar refém da precarização laboral. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/colunas/rodrigo-medeiros/o-modelo-de-desenvolvimento-nao-pode-ficar-refem-da-precarizacao-laboral-0320>

O capital cívico é a confiança, a estabilidade jurídica, a transparência, a credibilidade das instituições, a tal governança dos manuais de sustentabilidade. Este alto nível de capital cívico foi atingido através de um trabalho árduo, de toda uma geração de políticos e gestores públicos; e não só eles, foi um movimento de toda a sociedade capixaba, incluindo empresários, movimentos populares e pesquisadores universitários, que conseguiram através de um processo de renovação de cidadania, tirar o Estado da “terra sem lei” em que se encontrava no início deste século.

Em 2020, ainda antes do vírus, as fortes chuvas de janeiro mais uma vez castigaram as cidades e regiões do Espírito Santo. Empréstimos internacionais tais como o Águas e Paisagens, com o Banco Mundial foram acionados e agora com o COVID19 ampliados, para planejar um modelo sustentável de reconstrução a partir da proteção de nossas bacias hidrográficas, que previna as enchentes e o alastramento de novos potenciais vírus.

O primeiro caso do COVID-19 foi registrado no dia 14 de março de 2020, em terras capixabas⁷. Para combater a pandemia do coronavírus e evitar a sua propagação pelo Espírito Santo, o governador, Renato Casagrande, optou por seguir as recomendações do Ministério da Saúde e da OMS, estabelecendo protocolos para achatar a curva epidêmica da doença e evitar a sobrecarga do sistema de saúde estadual. Além disso, está sendo elaborado um mapa de gestão de risco, para melhor compreender a situação de cada município e região capixaba. Atualmente, seis municípios capixabas já se encontram na situação de Risco Alto. São eles: Alfredo Chaves, Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana⁸.

Um Centro de Comando e Controle (CCC), uma espécie de comitê integrado de crise foi montado para coordenar e monitorar as ações necessárias para o enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia e definir estratégias de recuperação econômica de curto, médio e longo prazo. Com três eixos interrelacionados: proteção sanitária, social e econômica, coordenado pelo Secretário de Justiça e Mestrando em filosofia política com foco em justiça social, Luiz Carlos Cruz. O Governador Casagrande - cujo principal lema desde o início do mandato é “salvar vidas” -

acompanha as ações diariamente na “sala de situação” e decide com base em dados e análises técnicas e científicas entre as linhas de ação ali apresentadas.

A boa situação fiscal e os investimentos públicos e privados já programados no estado antes da crise⁹ dão ao Espírito Santo uma situação diferenciada para retomar em breve o desenvolvimento sustentável, o que já havia se refletido no índice de competitividade calculado pelo Centro de Liderança Pública (CLP) - em cujo ranking do final do ano passado o estado subiu duas posições. É um momento propício para um ciclo virtuoso de crescimento, uma espécie de “crowding in” fiscal - investimento público fortalecendo investimento privado para aumentar a complexidade da nossa economia e o desenvolvimento regional baseado na agricultura familiar e economia criativa - turismo, cultura, inovação e tecnologia. Cabe destacar o potencial de um mercado de capitais forte, voltado para o mercado de acesso, de commodities e também causas socioambientais¹⁰. Esta é uma proposta que começa a se configurar como possível com a rede de solidariedade que se espalha com o coronavírus.

O bom funcionamento do mercado de crédito - farto, capilar e não extorsivo - é fundamental na travessia. Por parte dos bancos privados e especialmente os públicos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Bandes e o Banestes podem cumprir um papel fundamental. Importante que os bancos públicos ampliem seu foco de atuação no microcrédito e também para o setor público, ajudando a desenvolver nossas cidades para que o setor privado possa a partir de então emergir, o que vai gerar arrecadação e portanto capacidade de pagamento dos entes federativos no futuro. O BNDES deveria trabalhar junto ao Tesouro para um aprimoramento da capacidade de gestão, não só fiscal¹¹ como da qualidade dos gastos dos nossos entes federativos.

⁷ Desenvolvimento Capixaba | <http://desenvolvimentocapixaba.net/noticias/66-nota-crise-covid-19>

⁸ <https://www.es.gov.br/Noticia/espírito-santo-tera-mapa-de-gestao-de-risco-para-adocao-de-medidas-qualificadas-no-combate-a-covid-19>

⁹ Ver documento do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) sobre investimentos planejados.

¹⁰ Eduarda La Rocque, *O Mercado de Capitais e as Políticas Públicas*, REVISTA RI, n.214, 2016.

¹¹ O BNDES já tem o PMAT, programa de modernização da arrecadação tributária, que poderia ser expandido para modernização dos sistemas e controle da qualidade do gasto público.

Um modelo territorial de reurbanização e geração de renda nos nossos morros e periferias. Um projeto amplo e bem desenhado de habitação de interesse social não só nos centros urbanos, mas planejando melhor a ocupação do solo do interior é o melhor caminho para a retomada econômica. A recuperação pode ser rápida se seguirmos

os casos de sucesso. Com pessoas experientes que aproveitemproveitem informação qualificada, estudos acadêmicos, o saber popular, programas de sucesso e os erros cometidos para que retomemos para uma trajetória de desenvolvimento sustentável. Com informação qualificada, transparência, responsabilidade fiscal e social.

O mundo pós vírus: a proposta para REALMAR a economia

O Papa Francisco promoverá em novembro, em Assis, um encontro entre jovens economistas visando firmar um pacto para RE-ALMAR a economia. Não se trata de uma visão religiosa ou assistencialista, foi abraçado pela academia - no encontro estarão ganhadores do prêmio Nobel como Joseph Stiglitz, Yunus Muhammad e Amartya Sen. Stiglitz, já antes do vírus, alertava para as três crises existenciais que o mundo passa: uma crise climática, uma crise de desigualdade e a crise da democracia, afirmando que o PIB é uma ilusão perversa. "O mal-estar social alastra-se, o colapso da Natureza avança e a democracia declina. Se ainda assim o termômetro que afere o 'sucesso' das sociedades nos diz que tudo vai bem — então, é preciso trocá-lo por outro".

O PIB per capita não é uma boa métrica para medir o grau de desenvolvimento de um país, muito menos Estado ou cidade. O PIB é muito impactado por atividades relacionadas à indústria extrativa, sem penalizar a desigualdade nem o desgaste do meio ambiente, além de não computar adequadamente a economia criativa. A alternativa proposta por Amartya Sen, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é muito adequada para ranquear os países ou mesmo municípios, mas não tão boa para avaliar os resultados de política pública num prazo mais curto, pois variáveis como renda média, expectativa de vida e nível de escolaridade demoram muito a reagir. Para avaliar os resultados das políticas públicas lá "na ponta", ou seja, os impactos reais nos territórios, foi criado por Michael Porter o IPS (índice de progresso social), que aborda aspectos sociais, de direitos e ambientais e hoje é atualizado pela Rede de Progresso Social (por sinal já implantado na cidade do Rio).

Nesta crise ficou claro que o único caminho viável para mantermos a democracia é uma radical descentralização do poder. Do governo federal para os Estados e municípios e dos prefeitos, territorialmente para os bairros, favelas e dando mais poder à sociedade civil. Uma espécie de "comunitarismo". As secretarias terão que se integrar para

serem mais eficientes. Um modelo construído de baixo para cima, a partir das necessidades dos cidadãos. Já há experiências de sucesso, tal como bancos comunitários e, como exemplo, a Rede do Território do Bem (poligonal 1 de Vitória)¹², modelo que precisa ser ampliado e escalonado. Com informação qualificada e governança pública. Com pessoas e instituições que aceitem as regras democráticas, consensem uma meta e participem para seu atingimento. Depende de nós sermos cidadãos atuantes, capazes de participar, fiscalizar e monitorar a gestão pública; e também a privada, das ONGs, universidades. Temos tecnologia, científica e social, para isso.

Uma proposta para a economia de Francisco seria a inclusão dos mais pobres na economia e na cidadania através de um modelo de desenvolvimento territorial baseado no conceito de prosperidade. Integrar as políticas públicas nos territórios de uma forma parti-cipativa é o único caminho viável para o desenvolvimento sustentável, que requer um processo de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, principalmente para os mais vulneráveis, e mantendo o respeito ao meio ambiente e às instituições.

O modelo de desenvolvimento territorial é composto por três etapas. A composição de um conselho de atores envolvidos e comprometidos com o desenvolvimento do território; a pactuação de metas de desenvolvimento holísticas; e, uma matriz de responsabilidades para se alcançar e monitorar as metas. Para dar certo, depende de representatividade dos atores, informação qualificada e empoderamento do conselho. Precisamos de uma meta, um guia; daí a importância dos indicadores econômicos e sociais. São eles que pautam toda a informação, a composição do saber da sociedade e os rumos dos países e entes subnacionais.

¹² <https://calangonoticias.com.br/pesquisa-territorio-do-bem/>

Um território pode ser um morro, um bairro, uma cidade, um país ou uma microrregião do Estado. É este modelo que estamos desenvolvendo para as dez microrregiões do Espírito Santo, com o projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável, que visa ao mesmo tempo o desenvolvimento com justiça social, com a preservação ambiental e a prevenção de crises, através de um plano de longo prazo participativo. O **IPES**, índice de prosperidade do Espírito Santo, irá mensurar a melhoria de qualidade de vida dos cidadãos, medida através de uma composição de sete “ativos” da sociedade: econômico, social, ambiental, cívico (que inclui as questões de governança), urbano, cultural e humano, em cada um dos municípios e microrregiões. A-

proximar a academia, o governo nas suas diversas esferas, setor privado e sociedade civil num pacto pela prosperidade do Espírito Santo, visando a redução de desigualdades, sociais e regionais.

Parece uma utopia, mas é algo já em curso na cidade de Amsterdam, que anunciou recentemente que irá adotar o modelo “doughnut” de economia, cuja premissa é interromper a lógica do crescimento a qualquer custo e atender necessidades humanas observando os limites do planeta. Simples, mas uma verdadeira quebra de paradigma econômico. O modelo será conduzido por Kate Raworth, da universidade Oxford, defensora da ideia de que o futuro será feminino. Veremos.

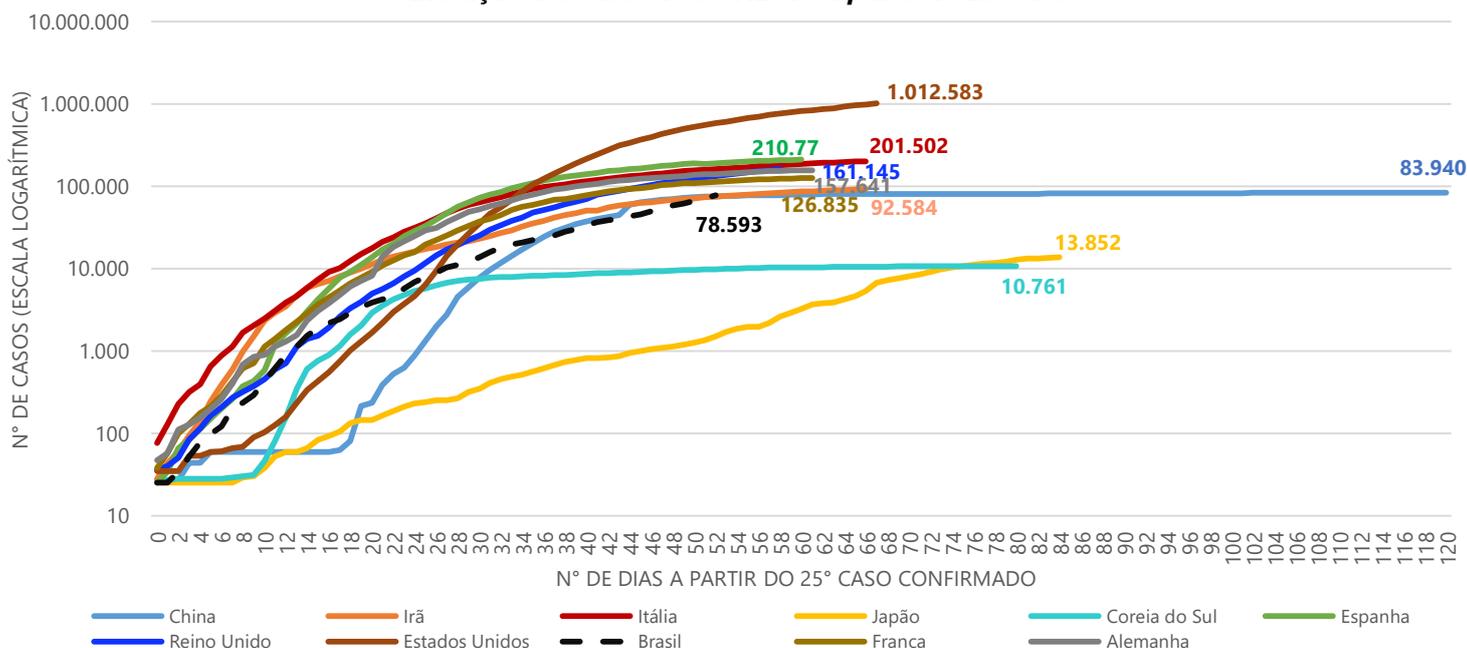
2. Cenário Econômico

Os casos de contaminação pelo COVID-19 avançaram sobre o mês de abril. Desde o início da pandemia, o número de casos confirmados de pessoas infectadas pelo COVID-19 passou de 3,2 milhões no mundo. No Brasil são 78.593 casos confirmados e 5.474 óbitos¹³.

Apesar da reversão na trajetória de quedas dos índices das principais bolsas de valores mundiais e da aparente estabi-

lidade das taxas de juros internacionais – até as próximas reuniões dos bancos centrais – a expectativa atual para a atividade econômica é de recessão global. Isto se deve ao espalhamento da doença nos países ocidentais, especialmente Itália, Espanha, França e Estados Unidos, que levou à necessidade de medidas restritivas (como o *lockdown*¹⁴ e o distanciamento social) que impactaram negativamente as atividades econômicas - em uma magnitude talvez inesperada no início da pandemia.

Evolução dos casos de COVID-19 a partir do 25º caso



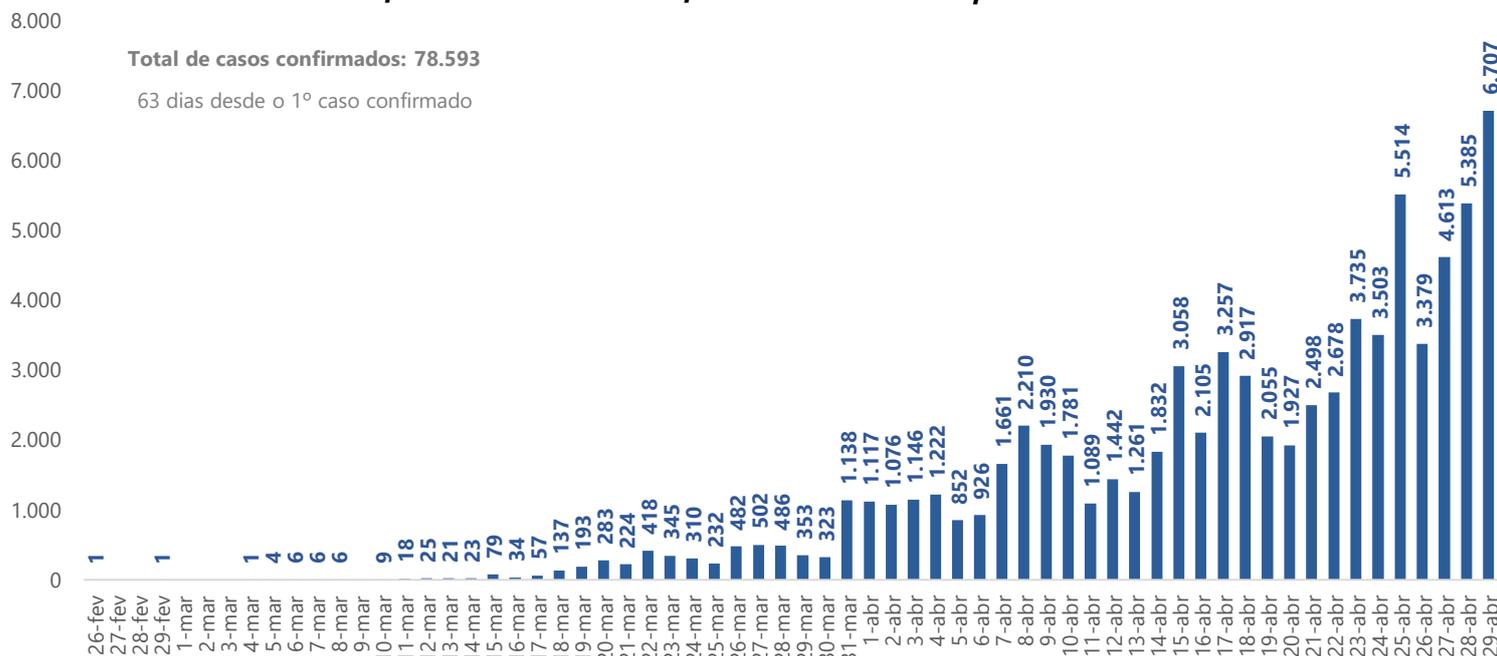
Fonte: Centro Europeu para Controle e Prevenção de Doenças / União Europeia e Center For Systems Science and Engineering, Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Espírito Santo.

Elaboração: Ideies/Findes

¹³ Os dados aqui citados referentes à pandemia do COVID-19 consideram até a data de 29 de abril.

¹⁴ Trata-se de um bloqueio assegurado pelas autoridades locais, que consiste no fechamento de estabelecimentos e restrição de circulação de pessoas.

Gráfico 3 - Novos casos confirmados de COVID-19 por dia no Brasil



Fonte: Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA)
Elaboração: Ideies/Findes

O Brasil, após a grave crise econômica de 2014 a 2016, não conseguiu retomar o crescimento econômico de forma consistente. Nos três anos seguintes, o crescimento do PIB foi de pouco mais de 1,0% a.a. Embora os anos de 2017 a 2019 tenham se iniciados com otimismo pela expectativa de avanços de reformas e por um maior crescimento da economia, terminaram com pouca evolução nas agendas mais importantes - com exceção da Reforma da Previdência, que ainda assim teve magnitude menor do que a originalmente esperada - e frustração nos resultados do PIB.

A atual crise decorrente da pandemia exige uma forte atuação nos campos da saúde, da assistência social e do suporte à atividade econômica, o que demanda protagonismo do Estado para prover as respostas necessárias. Se o Brasil tivesse avançado nas reformas ditas estruturantes (tributária, administrativa, privatizações, dentre outras), provavelmente, o aparato estatal estaria mais preparado para suportar os efeitos negativos na economia a

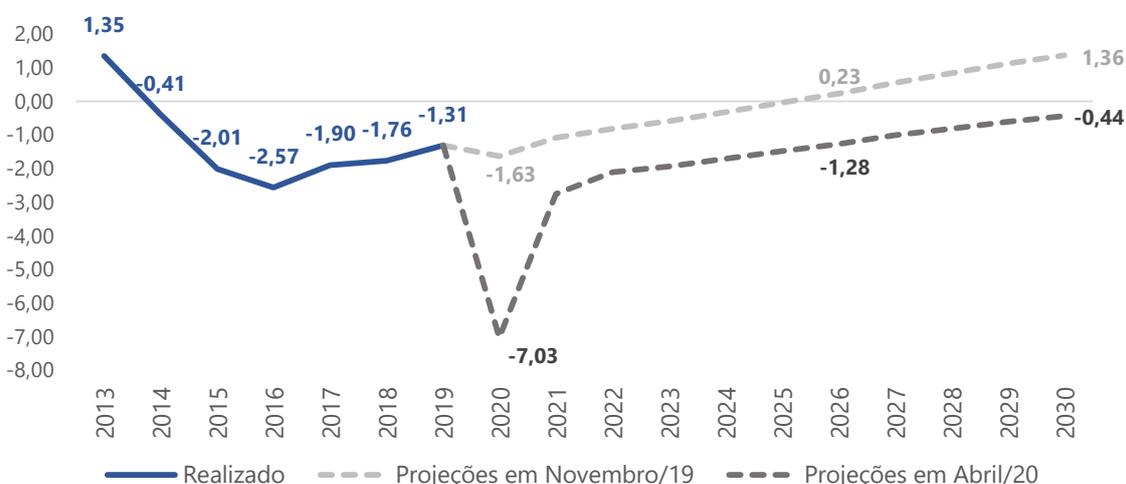
na sociedade advindos do COVID-19.

Os novos cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI)¹⁵, organização especializada em finanças públicas ligada ao Senado Federal, mostram que a trajetória fiscal do Brasil, que já continuaria sendo desafiadora nos próximos anos, deverá sofrer forte impacto em 2020, o que repercutirá nos anos subsequentes e deixará o país em situação ainda mais delicada, reforçando a importância e urgência das reformas estruturantes que sejam capazes de recolocar o país em melhor condição.

O cenário base calculado pela IFI prevê que o déficit primário neste ano chegue a -7,0% do PIB (contra -1,63% previstos em novembro de 2019), e perde de vista a transformação dos sucessivos déficits primários, iniciados em 2014, em superávits, o que nas projeções anteriores era esperado apenas para 2026.

¹⁵ Confira o Relatório de Acompanhamento Fiscal de Abril da Instituição Fiscal Independente em: <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>

Gráfico 4 - Projeções para o Resultado Primário (% PIB) - cenário base



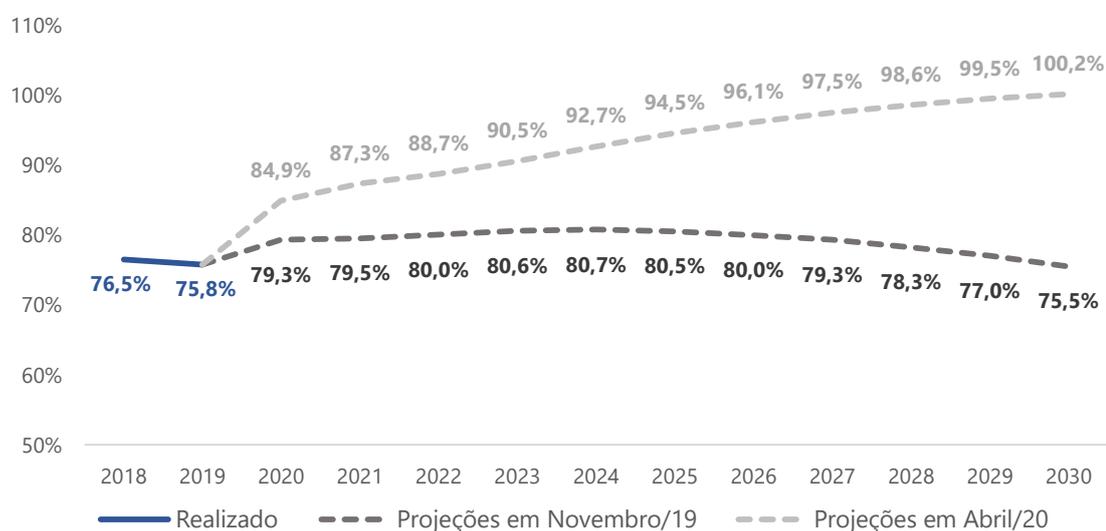
Fonte: Tesouro Nacional (2013 a 2019) e IFI (projeções para 2020 e seguintes)

Elaboração: IFI

Da mesma forma, também no cenário base, as previsões da IFI para a evolução da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) se deterioraram para este ano de 2020, saindo de 79,3% na previsão realizada em novembro de 2019 para os atuais 84,9%. O impacto na trajetória da dívida se mostra forte e

continuado, transformando a inclinação da curva para os próximos anos, com tendência a chegar aos 100% do PIB, outro indicador que denota o tamanho do desafio brasileiro para os próximos anos.

Gráfico 5 - Projeções para a Dívida Bruta do Governo Geral (% do PIB) - cenário base



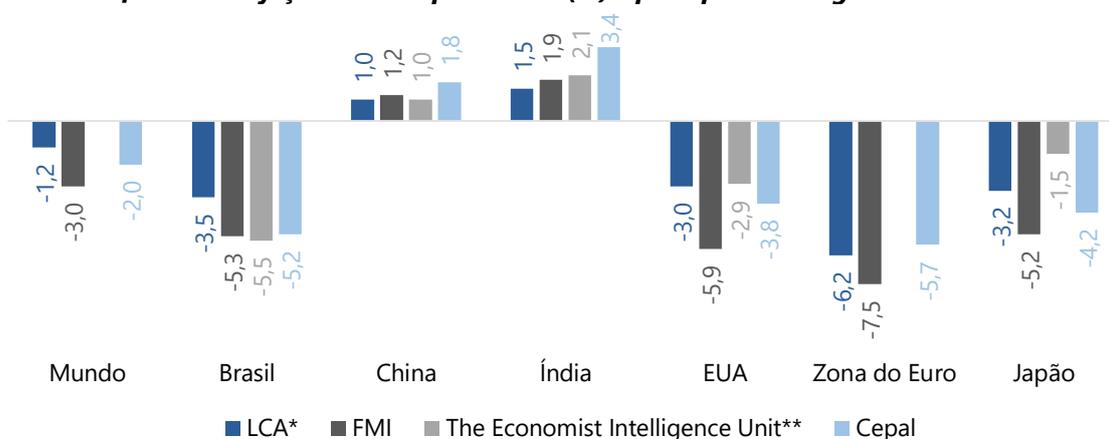
Fonte e Elaboração: IFI

Segundo o relatório do FMI¹⁶, o elevado grau de incerteza provocado por diversos fatores, tais como os choques de oferta e de demanda, a queda dos preços das commodities, a perda de produtividade e as pesquisas sobre as vacinas e as terapias contra o vírus, fez com que a instituição revisasse

para baixo a projeção do PIB para 2020 de muitos países, incluindo o Brasil. De acordo com as últimas projeções do Fundo, o PIB mundial reduzirá -3,0% e o brasileiro -5,3% em 2020.

¹⁶ Veja mais em: <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>

Gráfico 6 – Projeções do PIB para 2020 (%) - para países e região selecionados



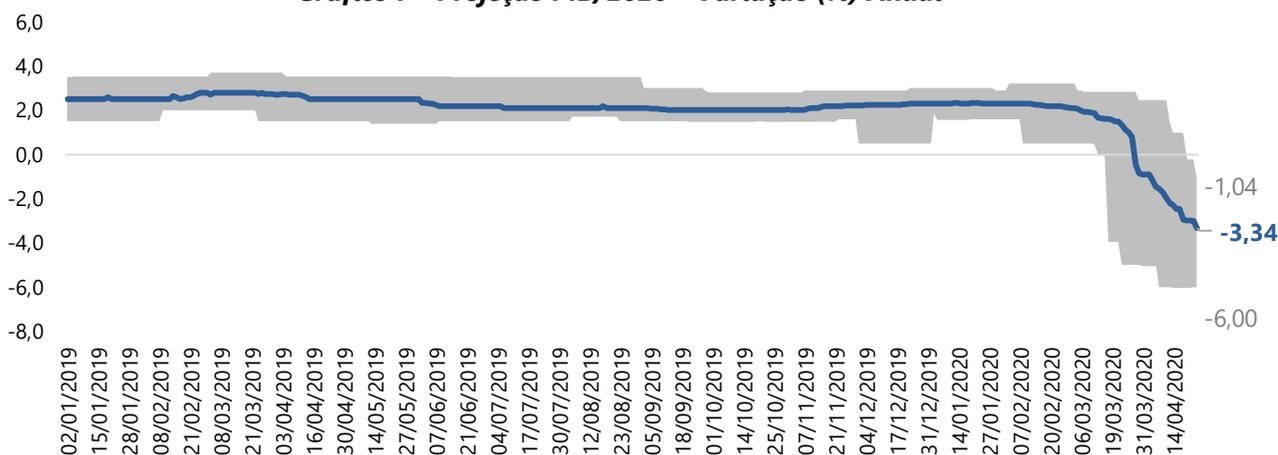
Notas: (*) cenário base (**) mesma fonte utilizada pelo Banco Central do Brasil
Fonte: LCA, FMI, EIU, Cepal
Elaboração: Ideies/Findes

No contexto nacional, A LCA Consultores revisou as projeções do PIB mundial de nulo para -1,2%, e do PIB brasileiro de -1,0% para -3,5% para o ano de 2020. Para o próximo ano, a consultoria elevou a projeção de 3,4% para 4,0% no cenário mundial e de 2,3% para 3,5% no nacional.

das reduziram a projeção do PIB nacional de 2020 para -3,34% (mediana). A expectativa mais otimista para o PIB deste ano é de -1,04% e a mais pessimista é de -6,00%. Para o PIB de 2021, a expectativa é de crescimento de 3,00%. Além do PIB, diminuiu-se a expectativa para este ano da inflação de 2,23% para 2,20%, e manteve-se a da Selic em 3,00%.

O Boletim Focus divulgado no dia 27 de abril mostra que as instituições financeiras consulta-

Gráfico 7 - Projeção PIB/2020 – Variação (%) Anual *



(*) A linha azul representa a mediana agregada das projeções do Focus, enquanto a área hachurada representa os valores máximos e mínimos.

Fonte: Bacen – Relatório Focus

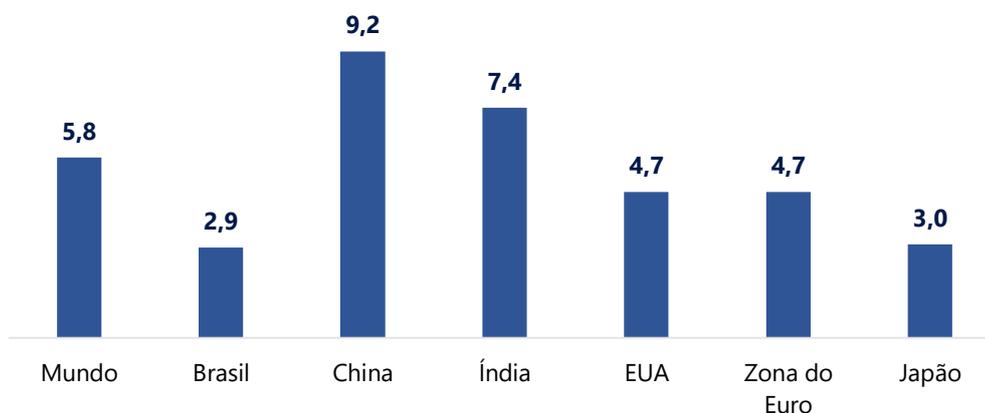
Elaboração: Ideies/Findes

A depender do desempenho do segundo semestre de 2020 com uma possível retomada de confiança dos consumidores e dos investidores, o FMI¹⁷ espera que a

economia mundial cresça 5,8% no próximo ano, sendo o crescimento das economias mais avançadas de 4,5% e o das emergentes e em desenvolvimento de 6,6%.

¹⁷ Considerando o elevado grau de incerteza provocado pela atual crise, o FMI considera três cenários possíveis para a recuperação da economia global. O primeiro assume uma duração prolongada da pandemia e consequentemente as medidas de contenção também. O segundo apresenta um surto da doença mais leve em 2021. O terceiro considera o primeiro cenário de pandemia prolongada com uma recorrência da doença em 2021.

Gráfico 8 – Projeção do FMI para o PIB de 2021 (%) – cenário base



Fonte: FMI

Elaboração: Ideies/Findes

Um dos fatos para a possível recuperação da economia no próximo ano é o estímulo monetário e fiscal de muitos países¹⁸ ter sido superior àquele verificado na crise internacional de 2008/2009. Em resposta à atual crise, o FMI

estima que países do G20 já forneceram um apoio fiscal na ordem de 3,5% do PIB, sendo 2,3% somente dos países do G7. Este montante é superior ao estímulo verificado na crise da década passada.

Gráfico 9 - Resposta fiscal à pandemia do COVID-19 e à crise financeira global – Países do G7 e G20 - (% do PIB)



Fonte: FMI

Elaboração: Ideies/Findes

De acordo com os dados divulgados pelo Banco Central do Brasil, o impacto das medidas (liberação de capital e de liquidez) na atual crise totaliza um montante de R\$ 2.375,2 bilhões, enquanto em 2008 o impacto foi de R\$ 117 bilhões.

Outra atuação do Banco Central tem sido na venda de moeda norte americana para tentar conter a alta na cotação do dólar. Além dos fatores internacionais, a

instabilidade da política brasileira e a saída de capital estrangeiro do país também contribuíram para esta subida na cotação. Vale ressaltar que desde o início do ano, o dólar vem mantendo uma trajetória de crescimento em relação ao real, sendo que no dia 24/04 a cotação do dólar comercial atingiu sua máxima histórica, sendo necessário pouco mais de R\$ 5,7 para comprar US\$ 1,0.

¹⁸ Veja mais sobre as políticas fiscal e monetária adotadas no Brasil e em outros países no BEC de março em:

http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/532/original/Boletim-Mar%C3%A7o_2020.pdf?1585490785

Gráfico 10 - Montante dos impactos das medidas do Banco Central do Brasil



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies/Findes

Desde março o Ministério da Economia promove ações para o enfrentamento à crise, as quais totalizam R\$ 1.169 bilhões. Este montante está dividido em R\$ 524,4 bilhões para o apoio às empresas na manutenção dos empregos¹⁹, R\$ 212,4 bilhões para medidas de suporte à população e trabalhadores, R\$ 133,4 bilhões para auxílios aos estados e municípios e R\$ 24,3 bilhões para o combate à pandemia.

Como já mencionado anteriormente, o aumento (necessário no momento atual) dos gastos públicos para o combate ao COVID-19 e a necessidade de recuperação da economia nacional, fazem valer a importância de reformas estruturais para o Brasil.

No horizonte de mais curto prazo, alguns pontos em discussão são a tramitação no Congresso da PEC do Orçamento de Guerra²⁰, da condução da votação do

Plano Mansueto²¹ e da divulgação do Plano Pró-Brasil (que tem como objetivo a retomada da economia, embora muitos especialistas considerarem incertas a sustentabilidade deste plano²²).

Os fatores políticos, no entanto, também podem se transformar em entraves para o avanço das ações emergências e das reformas estruturantes. O recente episódio que culminou na saída do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, poderá afetar o apoio popular ao Presidente da República e a própria confiança dos agentes políticos e econômicas em relação à capacidade governativa do Palácio do Planalto. O indicador que mede o Risco-Brasil, que vinha em trajetória positiva no último ano e voltou a subir com a pandemia do COVID-19, registrou alta de 40 pontos (12%) no dia 24 de abril, data da saída de Sérgio Moro do governo.

Gráfico 11 - Evolução diária do Risco-Brasil (Crédit Default Swap de 5 anos - CDS)



Fonte: JP Morgan / LCA Consultores

Elaboração: Ideies

¹⁹ Em relação às medidas de suporte à população e trabalhadores, por meio da MP nº 937 de 2/04/20, estão destinados R\$ 98,2 bilhões para o auxílio emergencial, que visa a transferência de recurso financeiro para as pessoas em situação de vulnerabilidade econômica provocada pela crise do COVID-19.

²⁰ Tem como uma das medidas a suspensão no atual momento da “regra de ouro”, a qual evita que os recursos da emissão da dívida pública sejam destinados ao pagamento de despesas, ao invés de serem retidos e utilizados como garantia de liquidez para o pagamento de dívidas.

²¹ Veja mais sobre a condução da votação do Plano Mansueto na seção 6 de Finanças Públicas Estaduais deste boletim.

²² Veja mais em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/04/24/saiba-o-que-e-o-plano-pro-brasil-e-o-que-economistas-acham-dele.ghtml>

São muitas as especulações sobre o tempo de duração dos impactos do COVID-19 sobre a economia nacional e internacional. Os próximos meses continuarão sendo de

expectativa em relação aos efeitos sobre a economia e a sociedade, e como as resoluções de curto prazo das autoridades mundiais serão efetuadas.

Análise conjuntural

A inflação, medida pelo IPCA, acumula alta de 3,30% em 12 meses até março, abaixo do verificado em fevereiro (4,01%), e dentro do limite da meta (de 4,00%) para o ano. Na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), o IPCA está em 2,77% em 12 meses.

Em relação a fevereiro, a inflação da RMGV variou 0,12% influenciada pelos preços livres (0,21%), que refletiram as

altas nos preços de alimentação e bebidas (1,78%), devido ao aumento do consumo em domicílio provocado pelo distanciamento social. Em contrapartida, os preços administrados caíram -0,09% em relação ao mês passado, influenciado pela redução dos preços da gasolina (-3,45%) e do óleo diesel (-4,84%), impactados pela queda na cotação internacional do barril de petróleo.

Tabela 1 - Variação (%) do IPCA – março de 2020

Período	Brasil	RMGV
Índice Mensal	0,07	0,12
Preços Livres	0,17	0,21
Preços Administrados	-0,22	-0,09
Acumulado no Ano	0,53	0,75
Preços Livres	0,71	0,86
Preços Administrados	0,01	0,49
Acumulado em 12 meses	3,30	2,77
Preços Livres	2,93	3,12
Preços Administrados	4,41	1,90

Fonte: IBGE; Ideies

Elaboração: Ideies / Findes

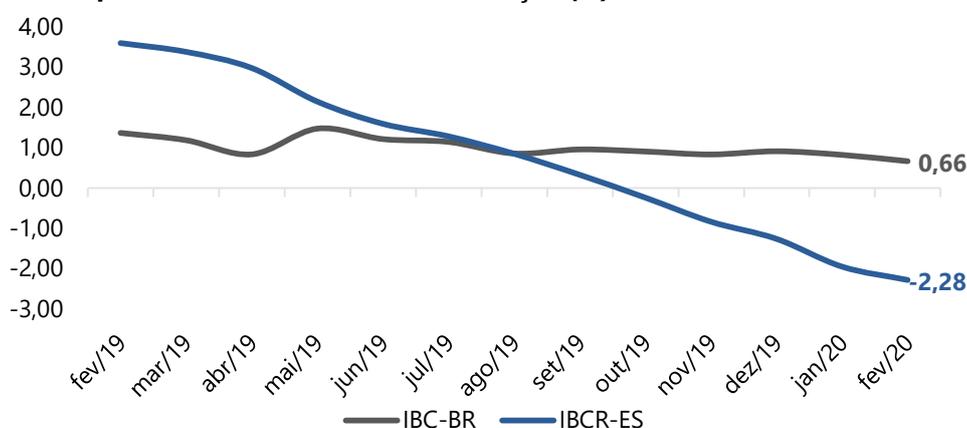
No que diz respeito às pesquisas mensais divulgadas pelo IBGE e pelo Banco Central, os dados referentes a fevereiro ainda não refletem por completo os impactos na economia brasileira da crise do COVID-19.

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central para o Brasil (IBC-BR) registrou crescimento de 0,66% no acumulado em 12 meses até fevereiro, e de 0,33% no primeiro bimestre. Os setores da economia com desempenho positivo nos dois primeiros meses do ano foram o comércio

varejista ampliado (3,4%) e o setor de serviços (1,2%), ao passo que a indústria variou -0,6%.

O índice de atividade econômica regional para o Espírito Santo (IBCR-ES) acumula queda de -2,28% em 12 meses. No acumulado dos dois primeiros meses do ano o índice ficou em -2,20%, influenciado pela queda na produção da indústria (-13,5%) e das vendas no setor de serviços (-1,8%), enquanto o comércio varejista ampliado aumentou 7,2%.

Gráfico 12 - IBC-BR e IBCR-ES - Variação (%) acumulada em 12 meses



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 2 - Indicadores Econômicos (variações %)

Indicadores Mensais	Fev 2020 / Jan 2020 ¹	Fev 2020 / Fev 2019	Acumulada no ano	Acumulada em 12 meses
Índice de atividade econômica (IBC-BR)	0,35	0,60	0,33	0,66
Índice de atividade econômica regional ES	0,48	-2,20	-2,44	-2,28
Produção Física da Indústria (PIM-PF) Brasil	0,5	-0,4	-0,6	-1,2
Produção Física da Indústria (PIM-PF) ES	5,9	-4,5	-13,5	-16,9
Volume de vendas do comércio (PMC) Brasil	1,2	4,7	3,0	1,9
Volume de vendas do comércio (PMC) ES	1,0	6,5	5,8	4,0
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - Brasil	0,7	3,3	3,4	3,6
Volume de vendas do comércio varejista ampliado ² - ES	-0,2	6,4	7,2	4,5
Volume de vendas de serviço (PMS) - Brasil	-1,0	0,7	1,2	0,7

¹ Valores com ajuste sazonal

² Comércio Varejista Ampliado, que abrange os segmentos Veículos, Motos e Peças; Material para Construção e Varejo Restrito

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

Elaboração: Ideies / Findes

De janeiro a março deste ano, a arrecadação das Receitas Federais totalizou R\$ 401,8 bilhões, o que representa uma variação real de 0,22% em relação ao mesmo período de 2019.

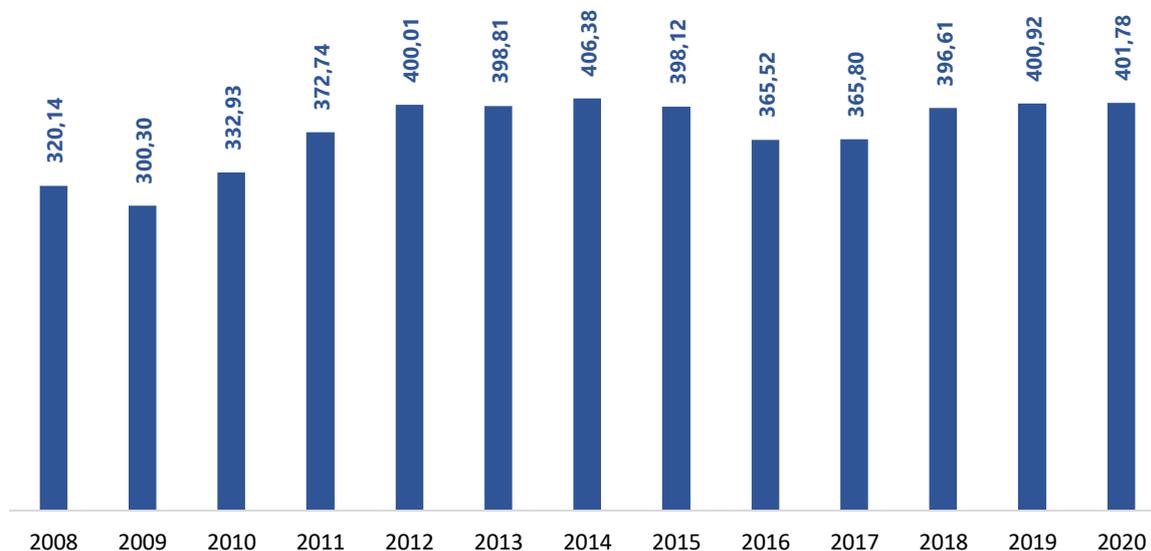
Considerando apenas o mês de março, a arrecadação federal alcançou R\$ 109,7 milhões, um decréscimo real de -3,32% em relação ao mesmo mês do ano passado e de -5,83% em relação a fevereiro.

Segundo a análise da Receita Federal, alguns destaques

positivos do mês de março foram o Imposto de Importação e o Imposto sobre Produto Industrializado, vinculado à Importação, que somaram uma arrecadação de R\$ 5,7 bilhões, devido à elevação na cotação do dólar das importações²². Já no lado da queda na arrecadação, refletindo os impactos da crise do COVID-19, estão a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (queda de -14,56% em relação a fevereiro) e Contribuição para o PIS/Pasep (-11,06%).

²³ Vale ressaltar que o Governo Federal anulou as tarifas de importação de materiais para o combate à propagação do COVID-19.

**Gráfico 13 - Arrecadação das Receitas Federais de janeiro a março – em R\$ bilhões
(a preços de março de 2020)**



Fonte: Ministério da Economia - Receita Federal
Elaboração: Ideies / Findes

Box 1 – Ensaios para a retomada das atividades econômicas

Alguns países estão vivenciando (ou se preparando para) o processo de retomada das atividades econômicas, sociais, de lazer, entre outras, que foram interrompidas em razão das medidas restritivas (como o *lockdown* e o distanciamento social) necessárias na atual pandemia do COVID-19. Fato comum a todos esses países e regiões é a combinação da retomada dessas atividades com o controle do espalhamento da doença para, inclusive, prevenir uma possível “2ª onda²⁴” de contaminação. Sendo assim, alguns protocolos iniciais foram identificados naqueles países que estão flexibilizando essas medidas.

O primeiro deles é a conscientização de que se trata de um processo lento e gradual, em que o monitoramento de dados (como o número de novos casos diários, a quantidade de óbitos e a capacidade das Unidades de

Terapia Intensiva – UTI) é fundamental para restringir ou afrouxar esta flexibilização. Como é o caso dos Estados Unidos abordado no Blog de Ambiente de Negócios²⁵, que apresentaram um plano de retomada em 3 fases, considerando a **liberação gradual** de agrupamento de pessoas, realização de viagens e retorno ao trabalho, ficando a cargo da autoridade de cada estado sua adesão.

O **plano norte americano** sugere que, tanto para o início do processo de abertura quanto para a passagem de uma fase para outra, alguns pontos devem ser concluídos, retratando que não há indícios de uma nova onda de casos. São eles: trajetória decrescente no número de casos de coronavírus, de outras influências e na taxa de testes positivos em relação ao total de testes por um período de 14 dias, habilidade dos hospitais em atender a todos os

²⁴ Quando, passado o primeiro pico de casos e a situação encontra-se no achatamento da curva, o número de casos volta a aumentar.

²⁵ Veja o artigo completo em: <http://www.blogdoideies.org.br/como-os-paises-estao-se-preparando-para-o-retorno-a-nova-realidade/>

pacientes (além daqueles com o COVID-19) e programa de testes para os profissionais da saúde. Sendo assim, a quantidade mínima de tempo entre as fases é de 14 dias e, caso algum critério não seja atendido, a região deve permanecer no mesmo estágio ou voltar à fase anterior.

Outro ponto importante é o **tratamento diferenciado por grupo de pessoas**, levando em consideração o grau do risco da doença. Como por exemplo, a população idosa deve ter um tratamento diferenciado, como horários exclusivos de atendimento no comércio e maior aderência ao distanciamento social, como vem acontecendo na Eslováquia e na China – países que ensaiam este retorno.

Outro tratamento diferenciado é dado às crianças. A Coreia do Sul adiou por algumas vezes a **retomada às aulas** e, por fim, optou pela adesão das aulas online²⁶, priorizando as aulas presenciais somente aos alunos das séries mais avançadas, enquanto a volta das crianças do jardim de infância está em avaliação. Em algumas províncias chinesas, as crianças retornaram sob um esquema rígido de controle, como a desinfecção regular do ambiente escolar, a checagem de temperatura dos alunos e o uso obrigatório de máscaras. Na Espanha, as crianças foram autorizadas a saírem às ruas para o lazer nesta última semana de abril, depois que o número de casos de contaminação passou a diminuir no país.

Também na Espanha, os funcionários que atuam na área da construção civil foram autorizados a retomarem gradualmente as suas funções, e na Dinamarca o retorno dos funcionários tem sido gradual e em escalas. Na Itália, a previsão é de retomada das atividades industriais em maio, seguida do comércio e outros locais públicos, e com fortes medidas de segurança.

A **rotina nas indústrias** em todo o mundo que estão em operação, ainda que com número reduzido de funcionários, teve que ser adaptada para a contenção do espalhamento do vírus. Neste sentido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda ações para o trabalhador no ambiente de trabalho como:

distanciamento físico, ampliação das medidas de higienização, bem como a limpeza de superfícies e objetos, e uso de protetores oronasais.

Sobre este assunto, a Diretoria de Saúde e Segurança da Indústria do Sesi ES elaborou **13 cartilhas setoriais** de medidas para combater o COVID-19²⁷, seguindo orientações da OMS e da Secretaria de Estado da Saúde (Sesa). As cartilhas, categorizadas em setores industriais, contêm recomendações para o ambiente administrativas e recepções, para o setor de produção, para setores de almoxarifado e expedição, para refeitórios, para sanitários e áreas em comum.

Uma das medidas de controle do espalhamento da doença é o **monitoramento** e a **testagem em massa** dos cidadãos. Esta prática tem por objetivo identificar e monitorar aqueles que testaram positivo para o vírus e, assim, observar a ocorrência de novos casos. Esta prática de monitoramento por meio de aplicativos de celulares já vem sendo adotada em algumas regiões da China, e países como Alemanha, Austrália e Reino Unido já anunciaram o interesse em pôr em prática esta ação. Especificamente na China, os chineses só voltaram a circular dentro e entre as cidades quando estavam habilitados pelo aplicativo para esta finalidade.

Além das medidas apresentadas, outras também devem ser destacadas para a retomada das atividades, como a ampla conscientização e adesão aos protocolos de higienização, a observação do comportamento da doença e da sociedade ao longo do tempo e a medição da temperatura corpórea nos estabelecimentos e em aeroportos. A Findes divulgou um estudo realizado pelo Ideies que dispõe essas e outras medidas categorizadas por assuntos e países. Também aborda outras iniciativas da Federação para enfrentar o coronavírus, como o movimento #industriadobem. Veja mais em: <https://findes.com.br/news/o-que-podemos-aprender-com-o-mundo-estudo-da-findes-ideies-mostra-como-outros-paises-retomaram-as-atividades-na-criese-do-coronavirus/#1587055307909-2fce8c92-6cec>

²⁶ Esta é uma medida que o estado de São Paulo (que é o estado brasileiro com maior número de casos de infecção pelo COVID-19) começou a implementar: <https://www.educacao.sp.gov.br/noticias/confira-decretos-e-resolucoes-de-educacao-implementados-durante-pandemia/>

²⁷ Veja mais sobre cada cartilha setorial em: <https://findes.com.br/medidascoronavirus/cartilhassetoriais/>

3. Desempenho Industrial

Por ter uma defasagem de dois meses, o último dado disponível da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física (PIM-PF) refere-se a fevereiro e, portanto, ainda não reflete diretamente os efeitos do COVID-19. Contudo, outras fontes de informações já apontam os efeitos negativos da pandemia na indústria.

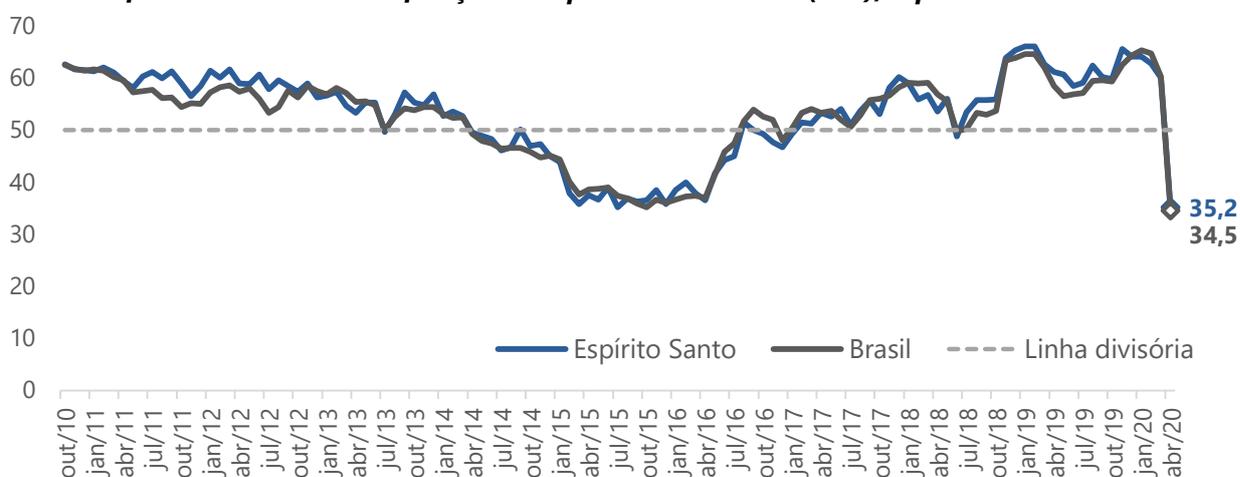
Entre elas, está a pesquisa da Sondagem Industrial, realizada pelo Ideies/Findes, de março, mês em que a pandemia se intensificou no Brasil. O indicador de volume de produção da indústria capixaba chegou ao menor valor da série histórica (31,1 pontos), recuando 12,2 pontos frente a fevereiro. Em consequência da redução na demanda, o nível de estoques das indústrias capixabas aumentou 8,2 pontos na margem, atingindo 57,4 pontos em março, maior valor para o índice. A pesquisa revelou ainda que 61% dos empresários industriais capixabas esperam uma redução pela demanda por produtos nos próximos seis meses.

Por sua vez, o nível de incerteza do empresário industrial sobre a economia, medido pelo ICEI (Índice de Confiança do Empresário Industrial), em relação às condições atuais e às expectativas para os próximos seis meses, caiu -24,9 pontos na passagem de março (60,1 pontos) para abril (35,2 pontos) de 2020 no Espírito Santo.

Essa foi a maior queda marginal no indicador e, o seu patamar só não foi menor do que o registrado em julho de 2015, quando o ICEI-ES atingiu 35,1 pontos. No Brasil, o indicador alcançou 34,5 pontos, registrando uma queda marginal de -25,8 pontos.

Dessa forma, o ICEI revela pessimismo dos industriais ao ficar abaixo da linha de 50 pontos.

Gráfico 14 - Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI), Espírito Santo e Brasil



Fonte: Findes/Ideies; CNI.

Elaboração: Ideies/Findes.

De acordo com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a queda na confiança traduz o cenário atual de forte contração da atividade econômica, contribuindo para a paralisação dos investimentos e para o agravamento da crise econômica.

Dentro desse cenário de incertezas, queda na demanda e limitação da mobilidade social provocadas pelo COVID-19, as indústrias adotaram medidas para ajustar as suas produções.

No setor de petróleo e gás natural²⁸, de acordo com os dados da ANP, a produção no Brasil reduziu -1,3% na passagem de fevereiro (3,8 milhões de boe/d) para março (3,7 milhões de boe/d).

No Espírito Santo, o volume de P&G extraído caiu de 327,46 mil boe/d em fevereiro para 319,40 mil boe /d em março, redução marginal de -5,4%.

²⁸ Para maiores informações, veja o box ao final da seção.

Este último mês, no estado, a produção de petróleo totalizou 275,4 mil bbl/d e a de gás natural correspondeu a 6,99 milhões de m³. A FPSO²⁹ P58 respondeu, respectivamente, por 34,4% e 45,4% do volume extraído³⁰.

Desde dezembro de 2019, a produção na maior instalação produtora de P&G do estado, a P58, está em trajetória de redução.

Na comparação do 1º trimestre de 2020 contra os mesmos três meses do ano anterior, a FPSO do Parque das Baleias reduziu a produção de petróleo e gás natural em -15,4%. A queda nas atividades da P58 é reflexo tanto da guerra de preços entre Rússia e Arábia Saudita, que ocorreu entre dezembro e janeiro, quanto da redução da demanda mundial pelos hidrocarbonetos, motivada pela pandemia de COVID-19³¹.

Tabela 3 - Variação (%) e Produção de Petróleo e Gás Natural, Brasil e Espírito Santo – março 2020

Indicadores	Brasil			Espírito Santo		
	Gás Natural (MMm ³ /d)	Petróleo (Mbbl/d)	Total (Mboe/d)	Gás Natural (MMm ³ /d)	Petróleo (Mbbl/d)	Total (Mboe/d)
Produção	121.734	2.968.061	3.733.744	6.993	275.418	319.402
Variação (%) - acumulada no ano	16,3%	18,6%	18,1%	-6,6%	-1,4%	-2,2%
Variação (%) - mar.20/mar.19	9,2%	15,9%	14,5%	-10,1%	-4,6%	-5,4%
Variação (%) - mar.20/fev.20	-5,6%	-0,1%	-1,3%	-2,9%	-2,4%	-5,4%

Fonte: ANP

Elaboração: Ideies / Findes

Para abril, é esperado uma queda mais acentuada na produção da indústria de P&G no país. Isso porque a Petrobras continuará com os cortes na sua produção até alcançar a meta de redução de 200 mil bbl/d no país. Além disso, o volume extraído pelo Espírito Santo será impactado pela paralisação da operação na FPSO Capixaba, de propriedade da SBM Offshore, após a contaminação de funcionários pelo COVID-19³² em abril.

A Vale S.A, por sua vez, revisou a projeção de produção de finos de minério de ferro, passando de 340-355 milhões para 310-330 milhões de toneladas, e a projeção de produção de pelotas de minério de ferro, de 44 Mt para 35-40Mt em 2020. Essa última revisão impactará a produção da empresa no Espírito Santo. Dentre os motivos apontados para essa decisão estão: a perda de produção do 1º trimestre de 2020; os atrasos na retomada de operações interrompidas, uma vez que a pandemia está atrasando os processos de inspeções, avaliações e autorizações; e os impactos adicionais relacionados à pandemia³³.

A empresa desembolsou US\$ 5 bilhões de suas linhas de

crédito rotativo em março desse ano. O objetivo, segundo a Vale, é aumentar a liquidez e preservar a flexibilidade financeira da empresa para enfrentar os riscos causados pela atual crise.

Até o primeiro trimestre de 2020, a Vale S.A afirmou que a sua produção sofreu um impacto limitado devido à pandemia do COVID-19.

A produção de pelotas de minério de ferro da empresa foi de 6,9 milhões de toneladas. Apenas no Espírito Santo, a produção de pelotas foi de 5,1 milhões de toneladas de janeiro a março, quantidade -12,4% menor que a do 4º trim. 2019 e -33,9% menor que a do 1º trim. 2019. Essa redução devida, principalmente, à parada voluntária das plantas Tubarão 1 e 2.

Nesse trimestre, o resultado financeiro da companhia foi positivamente impactado pela desvalorização do real frente ao dólar, principalmente através do decréscimo no valor dos derivativos utilizados como hedge e o aumento no valor (medido em Reais) da posição líquida passiva em dólares da empresa.

²⁹ Unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás (em inglês *Floating Production Storage and Offloading* - FPSO). Essa instalação é um tipo de navio utilizado pelas empresas e pelas concessionárias de P&G para a extração dos hidrocarbonetos em ambiente marítimo.

³⁰ Em março de 2019, a P58 respondia por 41,2% da produção de petróleo e 48,6% da de gás natural do Espírito Santo.

³¹ Veja mais em: <https://www.agazeta.com.br/es/economia/petrobras-pode-demitir-ou-cortar-salario-de-2-mil-no-es-0420>

³² Veja mais em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/04/18/61-trabalhadores-de-plataforma-no-es-foram-contaminados-por-covid-19.ghtml>

³³Saiba mais em: <http://www.vale.com/brasil/pt/investors/information-market/quarterly-results/paginas/default.aspx>

Tabela 4 - Variação (%) e produção de pelotas de minério de ferro da Vale – Espírito Santo

Usinas de Pelotização	Produção em mil toneladas métricas			Variação (%)	
	1T20	4T.19	1T.19	1T.20/4T.19	1T.20/1T.19
Total	5.132	5.859	7.760	-12,4%	-33,9%
Tubarão 1 e 2*	0	34	1.166	-100,0%	-100,0%
Itabrasco (Tubarão 3)	888	989	575	-10,2%	54,4%
Hispanobrás (Tubarão 4)	629	1.018	955	-38,2%	-34,1%
Nibrasco (Tubarão 5 e 6)	1.225	1.333	2.186	-8,1%	-44,0%
Kobrasco (Tubarão 7)	810	897	1.086	-9,7%	-25,4%
Tubarão 8	1.580	1.588	1.792	-0,5%	-11,8%

Nota (*): Tubarão 2 foi ativada em janeiro de 2018 e Tubarão 1 foi ativada em maio 2018. Essas usinas voltaram a ser desativadas no 1º trimestre 2020.

Fonte: Vale S.A Elaboração: Ideies/ Findes

A ArcelorMittal anunciou que, devido aos impactos econômicos do COVID-19, fará adequações na produção brasileira. Na fabricação de aços longos, a empresa vai reduzir a produção em algumas unidades industriais no mês de abril. Nas plantas de aços planos, ocorre a paralisação, por 45 dias, das atividades do alto forno 3 na unidade de Tubarão no Espírito Santo³⁴.

A Pesquisa de Opinião sobre os impactos do COVID-19, realizada pela Findes/Ideies na 3ª semana de abril trouxe como resultado que: 52% das indústrias capixabas respondentes já tiveram ou acreditam que podem ter queda acentuada da receita/faturamento nas próximas 4 semanas; e 83% das empresas respondentes apresentam, ou acreditam que apresentarão nas próximas 4 semanas, queda ou queda acentuada da produção³⁵.

Ressalta-se que as atividades da indústria capixaba não foram suspensas pelo Governo do Espírito Santo. Os estabelecimentos do setor precisam apenas seguir as orientações de práticas de segurança no enfrentamento do COVID-19 descritas na Portaria nº 062-R, de 06 de abril de

2020. Entretanto, as indústrias, individualmente, podem tomar a decisão de paralisar as suas atividades no estado, principalmente, devido à falta de demanda ou insumo.

Dessa forma, para o próximo resultado da produção física da indústria (PIM-PF) é esperado que o surto de COVID-19 impacte, de imediato, as atividades industriais mais dependentes de insumos importados e aquelas mais atreladas ao comércio internacional. Isso porque o atual quadro de pandemia, que se espalhou pelo mundo, gerou obstruções no fluxo de mercadorias das cadeias mundiais de valor e depressiu a demanda agregada nas principais economias do mundo.

As medidas de distanciamento social iniciadas no final de março no Espírito Santo e no país, que estão provocando uma redução na demanda doméstica pelos produtos industrializados e pelos serviços de apoio a produção industrial, também poderão causar impactos negativos sobre a PIM-PF de março. Mas, seus efeitos serão melhor capturados no mês de abril³⁶.

Análise conjuntural

Até o mês de fevereiro de 2020, as estatísticas da Produção Física da Indústria (PIM-PF) apontam que as indústrias nacional e do Espírito Santo ainda não tinham sido significativamente afetadas pela pandemia do COVID-19.

No primeiro bimestre de 2020, a produção física da indústria nacional retraiu -0,6%, em comparação ao mesmo período de 2019.

A indústria extrativa (-8,2%) exerceu maior influência negativa neste resultado geral, pressionada, principalmente, pelos itens de minério de ferro. Ressalta-se que nesta base de comparação, o indicador das atividades extrativas está com uma base de comparação elevada, uma vez que a mina em Brumadinho/MG foi paralisada apenas no final de janeiro de 2019.

³⁴ Veja mais em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/03/27/arcelormittal-paralisa-producao-de-acos-planos-e-longos-por-coronavirus.ghtml>

³⁵ A pesquisa completa está disponível em: <https://findes.com.br/medidascoronavirus/boletinsdoideies/>

³⁶ A PIM-PF referente ao mês de março será divulgada pelo IBGE no dia 14/05 e a do mês de abril no dia 09/06.

Na passagem de janeiro para fevereiro de 2020, a indústria brasileira contabilizou o segundo crescimento marginal consecutivo (0,5%), com 15 das 26 atividades com resultados positivos.

Os desempenhos de maior impacto negativo sobre o resultado da indústria geral foram: coque, produtos derivados

do petróleo e biocombustíveis (-1,8%); nos setores de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-5,8%) e de outros equipamentos de transporte (-8,7%). As quedas desses dois últimos podem ter relação com a redução das importações de insumos e peças causada pela obstrução das cadeias mundiais, principalmente a chinesa, em meio ao surto do COVID-19.

Tabela 5 - Variação (%) da Produção Industrial, Brasil – fevereiro de 2020

	Fev. 20/ Jan.20	Fev. 20/ Fev. 19	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	0,5	-0,4	-0,6	-1,2
Indústrias extrativas	-0,2	0,4	-8,2	-10,5
Indústrias de transformação	-0,7	-0,5	0,5	0,2
Bens de Capital	1,2	-4,6	-0,6	-0,5
Bens Intermediários	0,5	2,5	0,4	-2,1
Bens de Consumo	-0,6	-4,0	-2,1	0,7
Bens de consumo duráveis	-0,7	-11,6	-5,4	0,5
Bens de consumo semiduráveis e não duráveis	-0,2	-1,6	-1,2	0,7

(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies / Findes

No Espírito Santo, a produção da indústria reduziu -13,5% no primeiro bimestre de 2020, quando comparado ao mesmo período do ano passado.

Esse resultado permanece sob a influência da queda na indústria extrativa (-29,2%), puxado pela menor produção de minério de ferro pelletizado, de petróleo e de gás natural.

Nessa base de comparação, a indústria de transformação expandiu 1,8% devido a maior produção de: bobinas a quente de aços ao carbono não revestidos, tubos flexíveis e tubos trefilados de ferro e aço e bobinas ou chapas de aços zincadas na metalurgia (9,6%); e bombons e chocolates, massas alimentícias secas e produtos embutidos e outras preparações de carne de suíno na fabricação de alimentos (3,2%).

Tabela 6 - Variação (%) da Produção Industrial, Espírito Santo – fevereiro de 2020

	Fev. 20/ Jan.20	Fev. 20/ Fev. 19	Acumulada no ano	Acumulada nos últimos 12 meses
Indústria geral	5,9	-4,5	-13,5	-16,9
Indústrias extrativas	8,3	-12,6	-29,2	-24,0
Indústrias de transformação	1,5	2,2	1,8	-9,9
Fabricação de produtos alimentícios	14,4	8,4	3,2	-3,6
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-0,6	-10,1	-13,1	-34,8
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	0,1	-3,8	-1,6	7,3
Metalurgia	-14,6	6,6	9,6	-8,8

(*) Dados dessazonalizados

Fonte: IBGE

Elaboração: Ideies/ Findes.

Na passagem de janeiro para fevereiro a indústria geral do Espírito Santo expandiu a sua produção física em 5,9%.

Esse foi o segundo melhor resultado entre as regiões pesquisadas pelo IBGE, atrás apenas do Pará (7,2%). Entre as atividades industriais capixabas, houve crescimento nas indústrias extrativas (8,3%), na fabricação de alimentícios (14,4%) e nos produtos de minerais não-metálicos (0,1%).

Box 2 – A indústria do petróleo em meio ao cenário de contração de demanda mundial por fontes energéticas

As exceções para a indústria mundial de petróleo eram positivas para 2020. No início de janeiro, a Agência Internacional de Energia (IEA) estimava³⁷ um crescimento na demanda por petróleo em 1,2 milhão de b/d em 2020, suportado pela ainda percepção que os preços dessa commodity permaneceriam relativamente moderados pelo maior crescimento do PIB global que no ano passado (3,4%³⁸). Como os investimentos na cadeia de petróleo são dependentes da expectativa de demanda mundial por seus derivados, era esperado um aumento do investimento mundial no setor em 2020, sendo o Brasil um dos produtores beneficiados por esse fluxo, motivado pelas rodadas de licitação anteriormente prevista nesse ano.

No Brasil, a ANP estimava uma receita aproximada de R\$ 60 bilhões em participações governamentais antes da crise do novo coronavírus, valor cerca de R\$ 16 bilhões maior que a atual previsão da agência. No Espírito Santo, a Lei Orçamentária Anual previa uma arrecadação de US\$ 2,2 bilhões em participações governamentais em 2020, montante R\$ 1,0 bilhão maior que a mais recente previsão do estado.

Porém esse cenário otimista foi rapidamente deteriorado com a pandemia de COVID-19. Para 2020, a IEA passou a estimar uma redução de 9,3 milhões de barris por dia (b/d), se comparada com o ano anterior, na demanda global de petróleo. Caso essa previsão se concretize, essa será uma queda histórica no consumo mundial. As medidas para a contenção do COVID-19 em diversos países têm sido voltadas para a interrupção da mobilidade. Como consequência, há a redução no consumo de combustíveis e energia fósseis. Para abril de 2020, a agência estimou uma demanda em 29 milhões b/d, menor nível histórico desde de 1995 a 2020³⁹.

No atual cenário de contração histórica na demanda mundial, em meio a oferta abundante de petróleo, os estoques de óleo cresceram significativamente pelo mundo. De acordo com a Reuters, operadores estão em busca de navios, oleodutos, vagões de trens e outras formas de estocagem para armazenar o hidrocarboneto, uma vez que as instalações convencionais foram rapidamente preenchidas⁴⁰.

Uma alternativa para o controle do excedente de petróleo no mercado é a compra pelos governos de novas reservas estratégicas⁴¹. Nesse sentido, o governo dos Estados Unidos anunciou que irá comprar 75 milhões de barris de petróleo para compor essas reservas do país. O governo australiano também comunicou a compra de US\$ 94 milhões em óleo para armazenar nos EUA⁴².

Diante desse cenário adverso no setor, a OPEP, Rússia e outros países produtores de petróleo firmaram um acordo, com efeito a partir de maio, que prevê um corte na produção em volume recorde: 9,7 milhões b/d, que representa 13% da oferta global da commodity. Essa medida foi adotada para apoiar os preços do petróleo em meio à pandemia do COVID-19. A IEA estima que a consequência desse acordo é uma possível retração no suprimento global em 12 milhões b/d no mês de maio.

Tanto a OPEP+⁴³ quanto a IEA consideram que esse corte ainda é insuficiente para conter a sobreoferta de óleo e para a redução do crescimento da curva de oferta de estoques no mercado mundial. Por isso, a organização afirmou que os produtores de fora do grupo, como Estados Unidos, Canadá, Brasil e Noruega, deveriam cortar mais 5% da produção (5 milhões de b/d) para tentar estabilizar a cotação do hidrocarboneto.

³⁷ Estimativa realizada em janeiro de 2020. Veja mais em: <https://www.iea.org/reports/oil-market-report-january-2020>

³⁸ Estimativa realizada pelo FMI no último relatório de 2019.

³⁹ Veja mais em: <https://www.iea.org/reports/oil-market-report-april-2020>

⁴⁰ Disponível em: https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKCN2243CO-OBRS?utm_source=newsletters+epbr&utm_campaign=f3d183886b-transicao_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_5931171aac-f3d183886b-190368205

⁴¹ Reservas estratégicas de petróleo (SPR) é o estoque de petróleo bruto mantidos pelos países. O objetivo desse armazenamento é salvaguardar, de forma estratégica, o fornecimento desse hidrocarboneto. Essas reservas são medidas de segurança energética adotadas por algumas nações.

⁴² A decisão do governo australiano em deixar as suas reservas nos EUA está relacionada com a capacidade das empresas norte-americanas em estocarem petróleo.

⁴³ A OPEP+ é composta pelo grupo de países membros (13) e pelas nações parceiras (11). Neste último grupo está a Rússia.

No Brasil, a Petrobras revisou o corte na produção para 200 mil barris diários e anunciou novos cortes adicionais em gastos com pessoal⁴⁴, que poderá afetar o volume extraído no Espírito Santo. A empresa já começou a hibernação de 62 plataformas em campos de águas rasas das bacias de Campos, Sergipe, Potiguar e Ceará⁴⁵, que produzem 23 mil barris de petróleo por dia e fazem parte do plano de redução da produção anterior (100 mil barris diários). Para o mês de abril, a Petrobras estimava uma produção de 2,07 milhões de barris por dia⁴⁶. Entretanto, com a evolução da demanda pelos produtos da empresa se mostrou melhor que o esperado, a companhia optou pelo retorno gradual ao nível de produção de 2,26 milhões b/d⁴⁷.

A ANP revisou a sua estimativa de produção brasileira de petróleo para 2,01 milhões de bbl/d em 2020, essa quantidade é -28,0% menor que a média diária de 2019. Diante do surto de COVID-19 no país, a Agência adotou diversas medidas relativas à produção de P&G⁴⁸ para auxiliar as empresas nesse cenário, tais como:

- Resolução ANP nº 815/2020: faculta às empresas contratadas a prorrogação da Fase de Exploração dos contratos de E&P por nove meses;
- Resolução ANP nº 816/2020: estabelece medidas referentes à flexibilização de algumas obrigações contratuais na Fase de Exploração e

na Fase de Produção, incluindo acesso ao Banco de Dados de Exploração e Produção da ANP (BDEP), segurança operacional e meio ambiente, preço de referência do gás natural.

- Resolução ANP nº 816/2020: suspende o prazo para o cumprimento do Programa de Trabalho Inicial (PTI) para as concessões com contrato de áreas marginais e permitiu a variação superior a 15% do volume produzido em relação ao volume previsto, sem necessidade de revisão dos programas de produção. A resolução também prorroga a data máxima de realização de investimentos em PD&I que visem cumprir as obrigações geradas por parte das empresas petrolíferas em 2019;
- Prorrogação do prazo para atendimento integral dos dispositivos da Resolução ANP nº 806 sobre queima e perda de petróleo e de gás natural⁴⁹.

Além disso, a ANP suspendeu a realização da 17ª Rodada de Licitação sob o regime de concessão. Nessa rodada consta a oferta de cinco blocos na Bacia de Campos que fazem confrontação ao território do Espírito Santo. Esses blocos em águas capixabas são importantes para recompor as reservas do estado e, futuramente, auxiliar a reversão do declínio natural da produtividade dos atuais campos produtores capixabas.

⁴⁴ Saiba mais em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/adotamos-novas-aco-es-de-resiliencia.htm>

⁴⁵ Como relatado na edição de março do Boletim Econômico Capixaba, essas plataformas suspensas são aquelas que não apresentam condições econômicas para operar com preços baixos de petróleo e são ativos em processos de venda.

⁴⁶ Veja mais em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/informamos-sobre-producao-de-petroleo-em-abril.htm>

⁴⁷ De acordo com o comunicado da empresa, o ambiente de incertezas se reflete numa dinâmica bastante fluida dos mercados, que exige monitoramento constante para otimizar a sua produção. Veja mais em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/divulgamos-o-relatorio-de-producao-e-vendas-do-primeiro-trimestre-de-2020.htm>

⁴⁸ Veja as Resoluções ANP em: <http://www.anp.gov.br/noticias/5738-coronavirus-resolucoes-da-anp-estabelecem-novas-medidas-em-e-p>

⁴⁹ Essa resolução está disponível em: <http://legislacao.anp.gov.br/?path=legislacao-anp/resol-anp/2020/janeiro&item=ranp-806-2019>

4. Comércio Exterior

Os dados do primeiro trimestre do ano já apresentam reflexos dos impactos do COVID-19 nos indicadores de comércio exterior. As medidas de isolamento social e fechamento das fronteiras tomadas por diversos países têm influenciado as relações comerciais em todo o mundo.

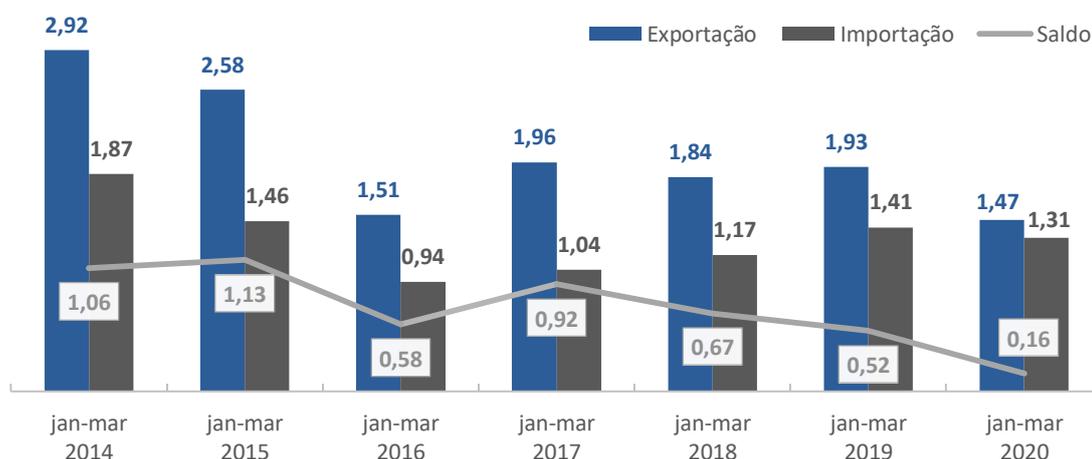
O indicador de corrente de comércio (exportações mais importações), que mede a interação de um território com o restante do mundo, retrata o desaquecimento comercial durante a pandemia do novo coronavírus, em que a variação do indicador para o Brasil foi nula e para o Espírito Santo caiu -16%, referente ao comparativo dos três primeiros meses de 2020 contra o mesmo período de 2019.

No Brasil, os fluxos comerciais se mantiveram em mesmo patamar devido ao suave aumento nas importações

(+4,3%), que totalizaram US\$ 44,0 bilhões. As exportações, mais uma vez, reduziram (-3,2%) totalizando US\$ 49,5 bilhões. Este resultado pressionou negativamente o saldo da balança comercial nacional que totalizou US\$ 5,6 bilhões, valor -38,4% inferior ao realizado no mesmo trimestre de 2019 (US\$ 9,0 bilhões).

No Espírito Santo, o impacto foi mais intenso, com reduções em todos os tipos de transações comerciais. As exportações registraram queda de -23,7% e as importações de -6,6%. Como resultado, a balança comercial capixaba, embora ainda superavitária, fechou o primeiro trimestre em US\$ 156,5 milhões, número -69,9% abaixo do ocorrido no mesmo trimestre de 2019 (US\$ 519,8 milhões) e o menor patamar desde 2009.

Gráfico 15 – Balança comercial do Espírito Santo, US\$ FOB – bilhões



Fonte: Funcex e Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Elaboração: Ideies / Findes

A forte contração no saldo da balança comercial capixaba está relacionada ao desempenho negativo das exportações (-23,7%) que totalizaram US\$ 1,5 bilhão no primeiro trimestre do ano.

O grupo de produtos básicos foi o responsável pela maior queda nas vendas externas (-42,1%), atrelado aos menores

níveis de produção e comercialização das commodities, como tratado na seção de Desempenho Industrial. Apenas os produtos minério de ferro (-49,4%) e óleos brutos de petróleo (-48,9%) deixaram de injetar -US\$ 476,4 milhões na economia capixaba, valor que representa 32,4% do total exportado.

A perda quanto às relações comerciais nesse período de pandemia do COVID-19 ficou evidente, também, nos indicadores da movimentação portuária no estado.

referente aos portos privados e -1,9% aos portos públicos.

De acordo com o levantamento mais atualizado da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)⁵⁰, os embarques portuários no Espírito Santo reduziram em -41,6%, no primeiro bimestre de 2020 comparado ao de 2019, sendo -42,6%

Os terminais portuários que sofreram as maiores reduções, neste mesmo período, foram: de Barra do Riacho (-53,2%), de Tubarão (-49,5%) e de Barcaças Oceânicas (-41,3%), sendo o primeiro localizado no município de Aracruz e os demais em Vitória.

Gráfico 16 – Evolução da participação no total da exportação do Espírito Santo, segundo classes, US\$ FOB milhões e % do total



Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 7 – Identificação dos produtos* com maior participação nas exportações do Espírito Santo, em US\$ mil e em toneladas

Descrição	2019				2020			
	US\$ mil	Part. %	Mil Ton	Part. %	US\$ mil	Part. %	Mil Ton	Part. %
1 Minérios de ferro e concentrados	647.800	33,6%	6.647	74,8%	319.387	21,7%	3.361	57,5%
2 Óleos Brutos de Petróleo	319.306	16,6%	806	9,1%	163.243	11,1%	461	7,9%
3 Produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado	181.306	9,4%	370	4,2%	157.002	10,7%	370	6,3%
4 Pastas químicas de madeira	105.907	5,5%	289	3,3%	142.187	9,7%	331	5,7%
5 Café não torrado em grão	110.659	5,7%	63	0,7%	101.464	6,9%	64	1,1%
6 Tubos flexíveis de ferro ou aço	13.646	0,7%	0	0,0%	84.326	5,7%	5	0,1%
7 Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aço	102.362	5,3%	0	0,0%	81.611	5,6%	170	2,9%
8 Outros granitos trabalhados	94.693	4,9%	169	1,9%	76.830	5,2%	148	2,5%
9 Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado	38.529	2,0%	76	0,9%	52.189	3,6%	115	2,0%
10 Outras pedras de cantaria	37.167	1,9%	18	0,2%	36.871	2,5%	19	0,3%
Total dos 10 produtos	1.651.375	85,8%	8.438	95,0%	1.215.111	82,7%	5.044	86,3%
Total das exportações	1.925.523	100,0%	8.887	100,0%	1.469.835	100,0%	5.847	100,0%

(*) Identificação dos principais produtos por meio da desagregação em grupos de mercadorias, constituídos por famílias de produtos por códigos NCM-6 dígitos e NCM-8 dígitos, conforme classificação feita pela Funcex.

Fonte: Funcex e Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Elaboração: Ideies / Findes

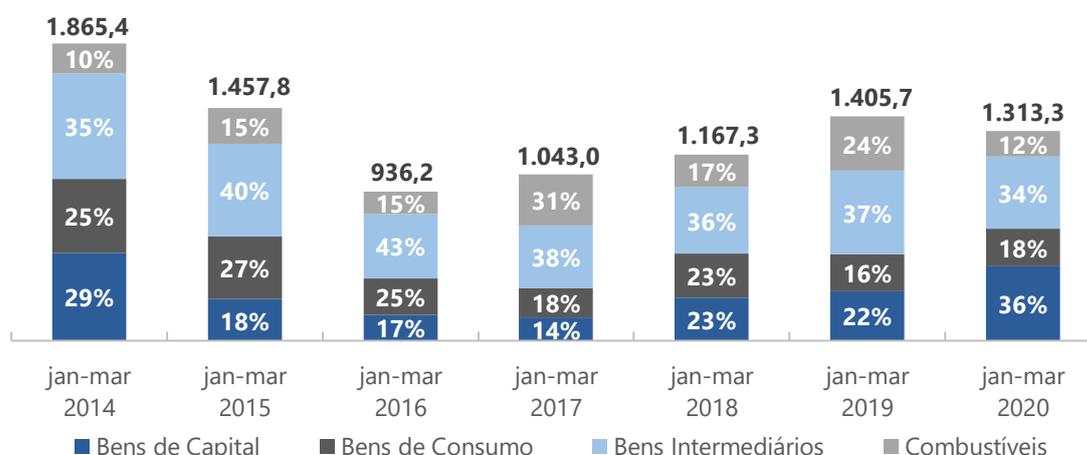
⁵⁰ Confira mais dados em: <http://web.antaq.gov.br/ANUARIO/>

As importações no Espírito Santo retraíram -6,6% e totalizaram US\$ 1,3 bilhão, nos três primeiros meses de 2020.

ção de combustíveis (-53,3%) e de bens intermediários intermediários (-14,0%). O produto carvão mineral e gás natural caiu -62,3%, no primeiro trimestre de 2020 em relação ao de 2019, e deixou de somar, sozinho, -US\$ 186,7 milhões, valor que representa 14,2% do total importado pelo estado.

Este desaquecimento foi influenciado pela menor aquisi-

Gráfico 17 – Evolução da participação no total da importação para o Espírito Santo, segundo categorias econômicas, US\$ FOB milhões e % do total



Fonte: Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 8 – Identificação dos produtos* com maior participação nas importações para o Espírito Santo, em US\$ mil e toneladas – 2019 e 2020

Descrição	2019				2020			
	US\$ mil	Part. %	Ton	Part. %	US\$ mil	Part. %	Ton	Part. %
1 Outros aviões e outros veículos aéreos	14.152	1,0%	19	0,0%	115.155	8,8%	109	0,0%
2 Hulha	275.372	19,6%	1.621.854	70,4%	95.238	7,3%	857.107	58,4%
3 Automóveis com motor a explosão	64.523	4,6%	5.889	0,3%	58.215	4,4%	4.889	0,3%
4 Veículos automóveis para transporte	0	0,0%	0	0,0%	34.516	2,6%	2.897	0,2%
5 Outros veículos, equipados para propulsão	7.771	0,6%	488	0,0%	32.268	2,5%	2.189	0,1%
6 Óleo diesel	0	0,0%	0	0,0%	32.049	2,4%	51.613	3,5%
7 Resíduos de alumínio	24.455	1,7%	16.208	0,7%	31.701	2,4%	24.335	1,7%
8 Equipamentos terminais ou repetidores	44.084	3,1%	82	0,0%	30.769	2,3%	99	0,0%
9 Aviões e veículos aéreos, a turbojato	41.081	2,9%	29	0,0%	28.131	2,1%	25	0,0%
10 Malte não torrado	31.139	2,2%	59.766	2,6%	27.458	2,1%	61.375	4,2%
Total dos 10 produtos	502.577	35,8%	1.704.336	73,9%	485.500	37,0%	1.004.637	68,5%
Total das Importações	1.405.743	100,0%	2.304.908	100,0%	1.313.340	100,0%	1.466.878	100,0%

(*) Identificação dos principais produtos por meio da desagregação em grupos de mercadorias, constituídos por famílias de produtos por códigos NCM-6 dígitos e NCM-8 dígitos, conforme classificação feita pela Funcex.

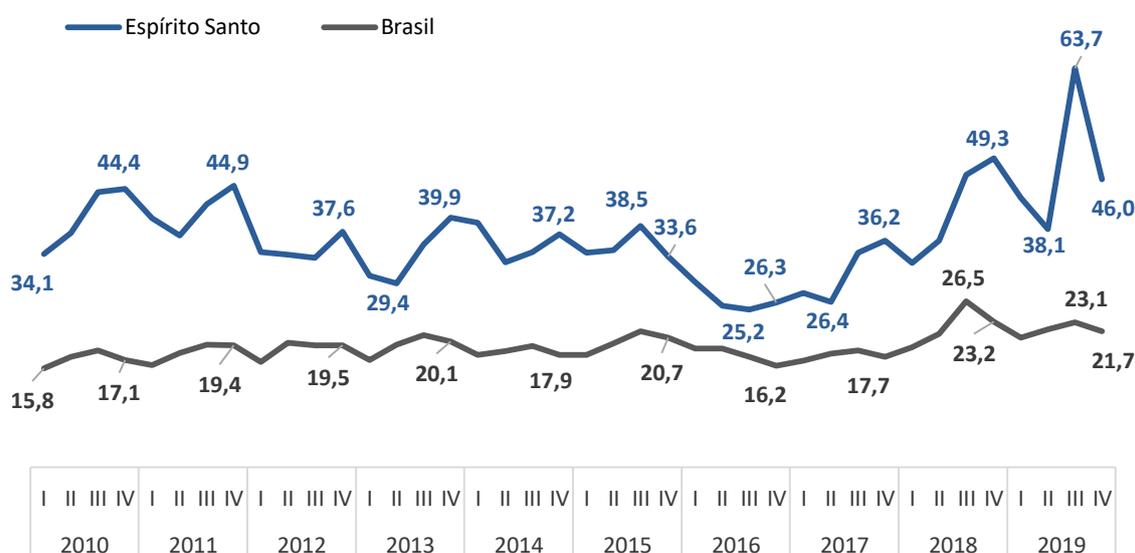
Fonte: Funcex e Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Elaboração: Ideies / Findes

Eventos que impactam o comércio exterior afetam relativamente mais o Espírito Santo do que o Brasil. Assim, o estado capixaba tende a responder com maior intensidade às oscilações do mercado internacional devido ao seu elevado grau de abertura comercial, que chega a ser duas vezes superior que o brasileiro.

No ano de 2019, o Espírito Santo registrou um grau de abertura de 47,9%, +6,5 pontos percentuais acima do observado no ano de 2018. Enquanto o Brasil obteve um grau de abertura de 21,9%, em 2019, e ficou -0,7 pontos percentuais abaixo do ano de 2018.

Gráfico 18 – Grau de abertura comercial do Espírito Santo e do Brasil (%) – trimestral



Fonte: IJSN
Elaboração: Ideies / Findes

Acrescente-se o fato de o comércio exterior e da economia capixaba serem intensivos em commodities, que vem sofrendo reduções de demanda e conseqüente queda nos preços, como petróleo, celulose e minério de ferro.

Dentre as principais commodities, a que mais tem preocupado e apresentado trajetória decrescente é o petróleo. Em meados de março, as cotações de petróleo chegaram a níveis mais baixos desde 2002 e fecharam o mês em US\$ 22,74 para petróleo Brent e US\$ 20,48 para o WTI⁵¹. No mês de abril foram registrados novos recordes de menor nível de preço da história, como por exemplo no dia 20 em que o petróleo Brent foi comercializado em US\$ 25,57 e o WTI foi negociado em níveis negativos de -US\$ 37,63 para os contratos com vencimento em maio⁵².

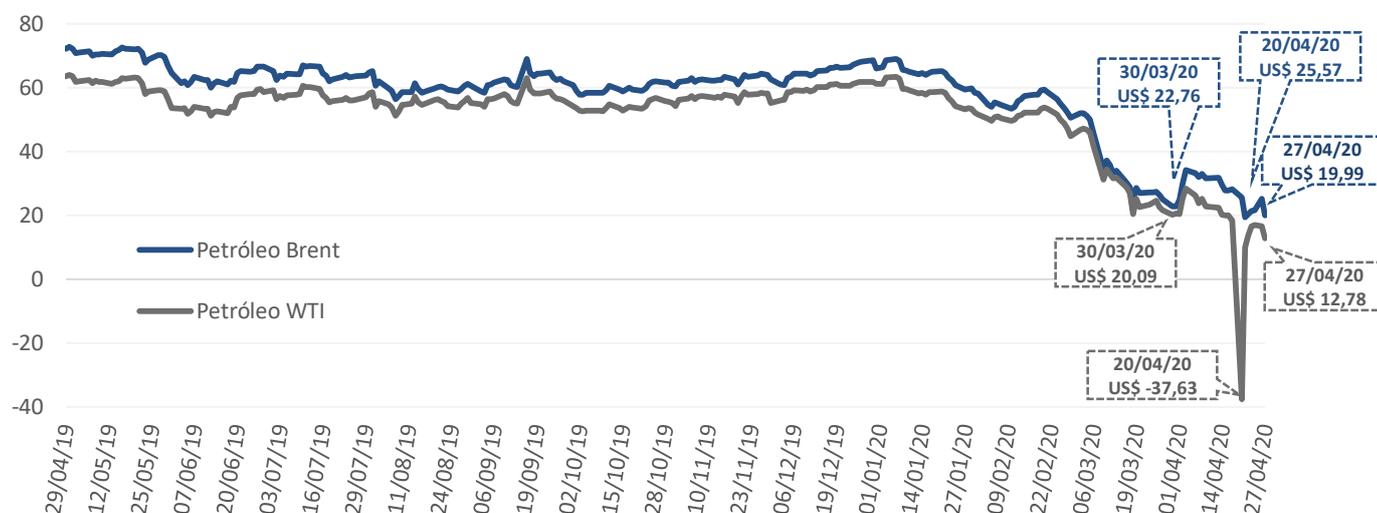
A redução nos preços do petróleo Brent se explica tanto pela restrição de mobilidade da sociedade por conta do COVID-19 quanto pelo embate comercial entre Arábia Saudita e Rússia. Atrélado a isso, a forte redução na demanda tem causado problemas quanto ao armazenamento da commodity que tem operado com os níveis de estoques em capacidade máxima (veja sobre os impactos recentes na indústria do petróleo no Box da seção Desempenho Industrial).

Especialistas estimam que o preço do petróleo Brent seguirá em baixos patamares até o segundo semestre do ano, contrariando as projeções anteriores de que voltaria aos níveis praticados em 2019 no período pós-COVID-19.

⁵¹ O petróleo Brent se refere a cotação do barril no mercado global, enquanto o WTI é a cotação do barril no mercado norte americano.

⁵² A cotação em valores negativos se explica pelos elevados estoques e alto custo de transporte e armazenagem. O valor negativo foi para os contratos com vencimento em maio, sendo necessária a retirada física dos barris de petróleo.

Gráfico 19 – Evolução diária* das cotações do petróleo Brent e WTI, em US\$



(* Cotação diária referente ao fechamento do dia, do período de 29/04/2019 a 27/04/2020

Fonte: Investing

Elaboração: Ideies / Findes

5. Crédito

De acordo com as estimativas do Banco Central (BC), a projeção de crescimento do crédito no Brasil em 2020 caiu de 8,1% para 4,8%, com redução nas estimativas para as variações nos saldos dos créditos destinados a pessoas físicas, de 12,2% para 7,8%, e no saldo a pessoas jurídicas, de 2,5% para 0,6%⁵³. As estimativas refletem o cenário desafiador para a atividade econômica diante da pandemia do COVID-19, tendo em vista a elevação de incertezas no ambiente econômico internacional e a expressiva queda nas expectativas de crescimento para o Brasil em 2020⁵⁴.

No decorrer de março e abril, foram lançadas pelo Governo Federal medidas de estímulo ao crédito. As medidas em vigor somam R\$ 274,1 bilhões, com impacto fiscal de R\$ 41,1 bilhões, e incluem crédito para famílias (R\$ 29,6 bilhões), créditos para empresas em diversos programas para manutenção dos empregos (R\$ 237,5

bilhões) e para o setor de saúde (R\$ 7,0 bilhões)⁵⁵.

O Banco Central também anunciou medidas para assegurar o nível de liquidez para o sistema financeiro (R\$ 1,2 trilhão) e relaxou as exigências de capital das instituições financeiras (R\$ 3,2 trilhões) para expandir o crédito neste momento de incerteza (ver tabela I.2 do Anexo I).

Outra medida federal importante, aprovada pelo Senado neste mês e que segue para sanção presidencial, é o Projeto de Lei nº 1.282/20 que cria o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) no valor de R\$ 13,6 bilhões⁵⁶.

Em âmbito estadual, também foram implantadas no final de março linhas de crédito emergenciais destinadas a empresas para capital de giro, financiamento de folha de pagamento e outras despesas necessárias neste momento de crise. São R\$ 450 milhões ofertados pelos bancos públicos estaduais, incluindo o Fundo Aval Bandes⁵⁷,

⁵³ Veja Relatório de Inflação do terceiro trimestre <https://www.bcb.gov.br/content/ri/relatorioinflacao/202003/ri202003p.pdf>

⁵⁴ Sobre este tópico das expectativas de crescimento, ver a seção Cenário Econômico deste Boletim.

⁵⁵ Veja apresentação de medidas econômicas pelo Ministério de Economia. https://www.gov.br/economia/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2020/balanco-do-ministerio-da-economia_17-04-2020-3.pdf/view

⁵⁶ O Pronampe é destinado às microempresas com faturamento bruto anual de até R\$ 360 mil, e empresas de pequeno porte, com faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões. O empréstimo terá juros anuais de 3,75%, carência de 6 meses para começar a pagar e prazo total de 36 meses. As instituições financeiras que aderirem ao Pronampe, operarão com recursos próprios e poderão requerer garantia do Fundo Garantidor de Operações (FGO) de até 85% do valor de cada operação garantida. Os bancos ficam com o restante dos riscos dos empréstimos liberados. <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8099435&ts=1587743462076&disposition=inline>

⁵⁷ O Fundo Aval Bandes, aprovado em abril pela Assembleia Legislativa por meio do Projeto de Lei (PL) 209/2020, autoriza ao Governo do Estado a liberar recursos da caixa do Tesouro Estadual e de outros fundos como o Fundo da Infraestrutura.

que tem como objetivo prestar garantia (total ou parcial) aos empréstimos contratados por micro e pequenas empresas junto ao Banestes⁵⁸.

O Banded por meio deste fundo atuará como avalista do empresário, concedendo garantias complementares no processo de contratação de créditos junto ao Banestes, para aquelas empresas que não possuem garantias necessárias para conseguir o financiamento. No entanto, as empresas deverão estar adimplentes com suas obrigações e não ter apresentado atraso superior a 60 dias nos últimos 12 meses junto ao Banestes⁵⁹ (ver tabela II.1 do Anexo II).

Com relação às linhas de crédito disponíveis, o crédito para capital de giro do BNDES operado por instituições financeiras credenciadas no Espírito Santo⁶⁰, tem-se concentrado no financiamento às atividades de Comércio e Serviços e a Indústria de Transformação. A taxa média praticada pelas instituições credenciadas no ES para o setor da indústria de transformação foi maior para as pequenas indústrias (14,5% a.a.), enquanto no setor do Comércio e Serviços, a maior taxa de juros praticada foi registrada nas empresas de médio porte (13,55% a.a.), no período de 02 a 27/04.

Tabela 9 – Evolução das taxas finais médias das operações aprovadas na linha BNDES Crédito para capital de giro destinada a MPMEs - Espírito Santo (% a.a.)

Setor	Porte da empresa	Taxas praticadas por instituições credenciadas pelo BNDES				
		02/04/2020	09/04/2020	23/04/2020	27/04/2020	Média
Indústria de Transformação	Micro	12,31%	12,31%	12,31%	12,31%	12,31%
	Pequena	15,19%	14,27%	14,27%	14,27%	14,50%
	Média	-	-	-	10,23%	10,23%
Comércio e Serviços	Micro	11,99%	12,80%	12,80%	12,80%	12,60%
	Pequena	11,21%	11,94%	12,25%	12,25%	11,91%
	Média	-	-	14,04%	13,06%	13,55%

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)

Elaboração: Ideies / Findes

Nota: Taxas médias de juros praticadas pelas instituições financeiras Alfa, Banestes, Bradesco, Cresol, Sicoob, Santander e Safra no período de 02 a 27 de abril.

A análise das taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras no país a partir da terceira semana de março, evidencia que as taxas de juros não se reduziram no patamar esperado. A média das taxas de juros para o capital de giro com prazo limite de 365 dias, caiu de 24,5% a.a. na semana do 18 a 24/03/2020, para 18,7% a.a. na semana de 01 a 07/04/2020⁶¹. Contudo, as taxas médias de juros ainda se encontram em patamares altos quando comparadas com a taxa média de mercado pré-crise (14,23% a.a.)⁶² para esta mesma

modalidade (ver tabela 10).

Na mesma análise, o custo da modalidade capital de giro superior a 365 dias ficou quase estável, em torno de 20% a.a., porém acima das taxas médias de juros de mercado pré-crise para essa modalidade (14,49% a.a.), conforme gráfico 20. Outras modalidades ao ano, como conta garantida e desconto de duplicatas apresentaram redução nos juros (tabela 10).

⁵⁸ A linha de crédito destina R\$ 30 milhões aos MEI, artesãos, agricultores familiares e à economia solidária entre outros, e \$ 70 milhões para Microempresas (ME) e Empresas de pequeno porte (EPP). Para mais informações, veja em Boletim de março as medidas anunciadas pelo governo estadual para combater a pandemia do coronavírus. http://www.portaldaindustria-es.com.br/system/repositories/files/000/000/532/original/Boletim-Mar%C3%A7o_2020.pdf?1585490785

⁵⁹ Exemplos de Fundo Aval, são os fundos Fampe/Sebrae, FGO/Banco do Brasil, FGI/BNDES, Sociedades de Garantia de Crédito (SGC), e o FDA/Desenvolve SP.

⁶⁰ O BNDES liberou R\$ 5 bilhões em recursos creditícios às MPMEs do país.

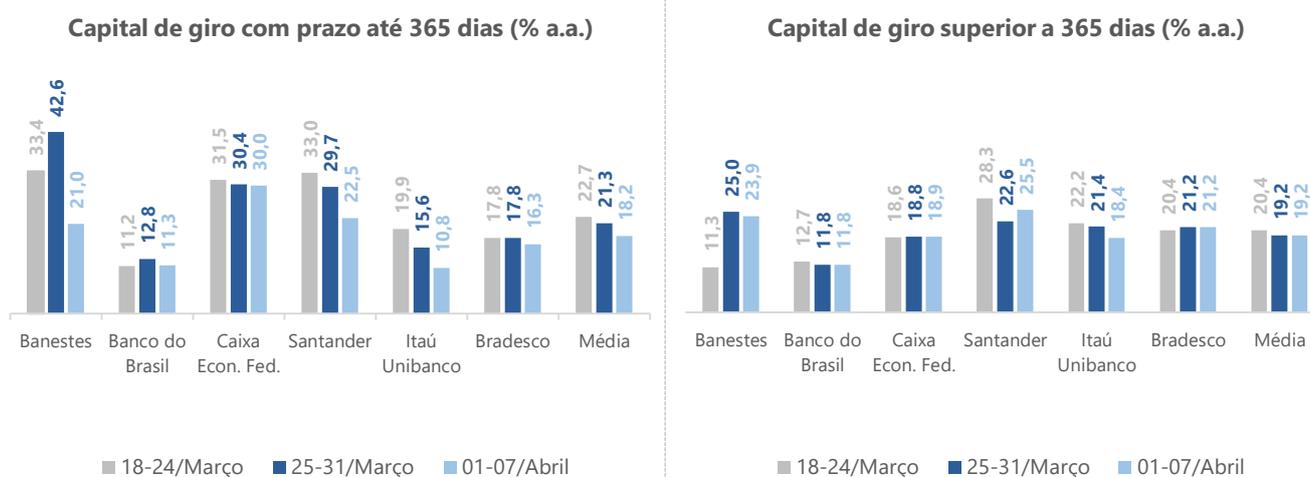
⁶¹ Estas taxas médias de juros não consideram necessariamente as novas linhas emergenciais dos bancos para combater os efeitos COVID-19.

⁶² As taxas médias de juros de mercado pré-crise, referem-se ao mês de fevereiro, última informação disponibilizada pelo Banco Central (BC). Ainda que não seja inteiramente possível uma comparação direta das taxas médias de juros publicadas mensalmente, com as taxas médias de juros divulgadas semanalmente, é importante notar que, no período analisado, a variação das taxas deste segmento bancário segue um movimento acima da média nacional para essa modalidade de crédito, mesmo em período de crise.

Os movimentos recentes das taxas médias de juros para capital de giro, mostram que, mesmo com as medidas de estímulo ao crédito e redução de juros divulgadas pelos bancos, as taxas ainda estão elevadas⁶³ refletindo condições

desfavoráveis ao custo de capital das empresas e, portanto, de acesso ao crédito para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia do COVID-19.

Gráfico 20 – Evolução das taxas médias de juros semanais das principais instituições financeiras do varejo – Capital de giro a empresas (% a.a.)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

Tabela 10 - Taxas médias de juros cobradas pelas principais instituições financeiras do varejo - Pessoa Jurídica
Período Analisado: de 01/04/2020 a 07/04/2020

Instituição	Conta Garantida		Desconto de Duplicatas		Adiantamento sobre Contrato Câmbio	
	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.	% a.m.	% a.a.
Banco do Brasil	2,4	33,1	1,4	18,3	0,5	5,5
Caixa Econômica	-	-	1,9	24,9	0,5	5,7
Santander	2,0	26,1	1,1	13,6	0,5	6,6
Itaú-Unibanco	3,0	42,5	1,1	13,3	0,3	3,8
Bradesco	2,9	40,5	1,2	14,8	0,6	7,5
Banestes	2,1	27,8	1,9	25,3	0,6	7,0
Média Total	2,6	35,6	1,3	17,0	0,5	5,8
Varição Banestes*	-0,4	-5,4	-0,3	-5,2	0,0	0,3
Varição média total*	-0,1	-2,4	0,0	-0,7	0,2	2,0

* Variação de p.p. em comparação com as taxas do período de 18/03/2020 a 24/03/2020

Fonte: Instituições Financeiras / Banco Central

Elaboração: Depecon / Fiesp & Ideies / Sistema Findes

⁶³ O segmento bancário do país tem recebido incentivos para financiar empresas e rolar as dívidas dos setores mais afetados pela crise. Porém, devido à crise econômica que passa o país, ainda existe resistência do setor na ampliação de crédito e redução de juros, em parte à aversão ao risco, entre outros fatores. Neste sentido, o Fundo Aval Bandes e o Pronampe, constituem duas medidas que podem ajudar a contornar os problemas de oferta de crédito e do custo de capital presentes no contexto atual.

Análise conjuntural

Na análise conjuntural do mercado de crédito até fevereiro e tendo em vista que os dados ainda não refletem os impactos do COVID-19, o saldo das operações de crédito do país totalizou R\$ 3,5 trilhões no segundo mês do ano, alcançando R\$ 1,4 trilhão no montante de

crédito às empresas e R\$ 2,0 trilhões no saldo de crédito às famílias. Em doze meses, o crescimento do crédito foi de 7,5% em fevereiro de 2020 impulsionado pelo crédito a pessoas físicas.

Tabela 11 – Variações (%) e saldos da carteira de crédito, por tipo de tomador -Brasil e Espírito Santo

Saldo da Carteira de Crédito	Fevereiro/2019			Janeiro/2020			Fevereiro/2020		
	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)	Variação no mês (%)	Variação Interanual (%)	Saldo R\$ (Bilhões)
Brasil									
Credito Total	0,3	5,6	3.247,2	-0,3	7,2	3.468,8	0,6	7,5	3.491,1
Pessoa Jurídica	0,1	1,3	1.424,1	-1,8	0,8	1.433,9	0,7	1,4	1.443,5
Pessoa Física	0,5	9,2	1.823,2	0,8	12,2	2.035,0	0,6	12,3	2.047,6
Recursos Livres	0,5	11,6	1.757,5	-0,5	14,4	2.003,5	0,9	15,1	2.022,4
Pessoa Jurídica	0,6	10,4	788,2	-2,5	12,0	877,7	1,5	13,1	891,2
Pessoa Física	0,4	12,6	969,2	1,1	16,7	1.125,8	0,5	16,7	1.131,2
Recursos Direcionados	0,1	-0,7	1.489,8	0,1	-1,6	1.465,3	0,2	-1,4	1.468,7
Pessoa Jurídica	-0,6	-8,0	635,8	-0,7	-13,0	556,2	-0,7	-13,1	552,3
Pessoa Física	0,6	5,6	853,9	0,5	7,1	909,2	0,8	7,3	916,4
Espírito Santo									
Credito Total	1,0	4,4	49,7	-0,1	7,4	52,8	-0,6	5,8	52,5
Pessoa Jurídica	2,0	1,6	20,2	-1,2	6,3	21,0	0,0	4,2	21,0
Pessoa Física	-0,3	6,4	29,5	0,6	8,2	31,8	-1,0	6,8	31,5

Nota: Variação ao mês refere-se à comparação ao mês imediatamente anterior. Variação Interanual é a comparação do mês de referência contra o mesmo mês do ano anterior (variação em 12 meses).

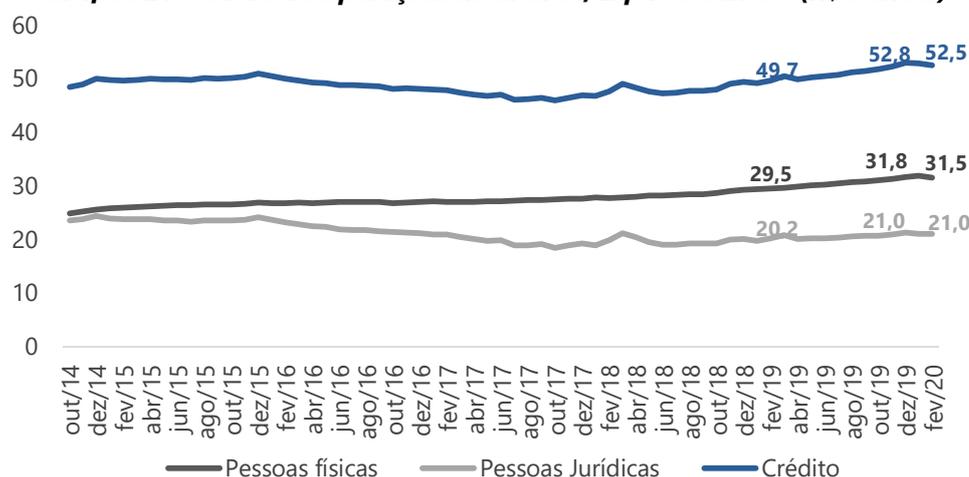
Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

Na análise estadual, a carteira de crédito do Espírito Santo caiu pelo segundo mês consecutivo, passando de R\$ 52,8 bilhões em janeiro para R\$ 52,5 bilhões em fevereiro. A queda de -0,6% se deve à contração das operações de

crédito com as famílias capixabas, que compõem 60% da carteira de crédito total no estado. O crédito para as empresas ficou estável.

Gráfico 21 – Saldo de Operações de Crédito, Espírito Santo - (R\$ bilhões)



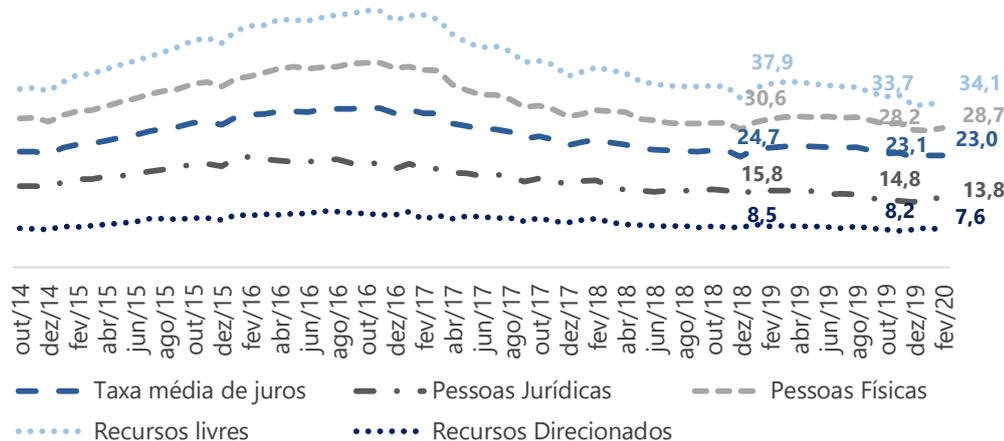
Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

A taxa média de juros das operações contratadas em fevereiro ficou em 23,0% a.a., mantendo-se praticamente estável com relação a janeiro. Já as taxas médias de juros das operações de crédito com Pessoas Jurídicas (-1,0 p.p.)

e com recursos direcionados (-0,6 p.p.) apresentaram redução na comparação de fevereiro contra janeiro de 2020.

Gráfico 22 – Taxa média de juros, por tipo tomador e por tipo de recurso - Brasil (% a.a.)



Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

No mercado de crédito livre, a taxa média de juros a empresas atingiu 17,0% a.a. em fevereiro, queda de -0,6 p.p. com relação às taxas de janeiro. Algumas taxas de juros que contribuiram para essa redução foram as taxas

de juros nas modalidades de capital de giro, aquisição de bens, Arrecadamento mercantil, Adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC) e o Cartão de crédito.

Tabela 12 – Taxa média de juros das operações de crédito com recursos livres – Pessoas Jurídicas, Brasil

Modalidade de crédito	% a.a.			% a.m.		
	Jan/2020	Fev/2020	var. em p.p. Feb/Jan	Jan/2020	Fev/2020	var. em p.p. Feb/Jan
Capital de giro total	15,98	15,14	-0,84	1,24	1,18	-0,06
Capital de giro com prazo de até 365 dias	13,54	14,23	0,69	1,06	1,11	0,05
Capital de giro com prazo sup. a 365 dias	15,39	14,49	-0,90	1,2	1,13	-0,07
Capital de giro rotativo	26,23	23,71	-2,52	1,96	1,79	-0,17
Aquisição de bens total	12,61	12,13	-0,48	0,99	0,96	-0,03
Arrendamento mercantil total	10,95	9,64	-1,31	0,87	0,77	-0,10
Adiantamento sobre contratos de câmbio (ACC)	3,72	3,44	-0,28	0,3	0,28	-0,02
Financiamento a importações	5,93	6,69	0,76	0,48	0,54	0,06
Financiamento a exportações	6,51	6,51	0,00	0,53	0,53	0,00
Cartão de crédito total	54,26	38,77	-15,49	3,68	2,77	-0,91

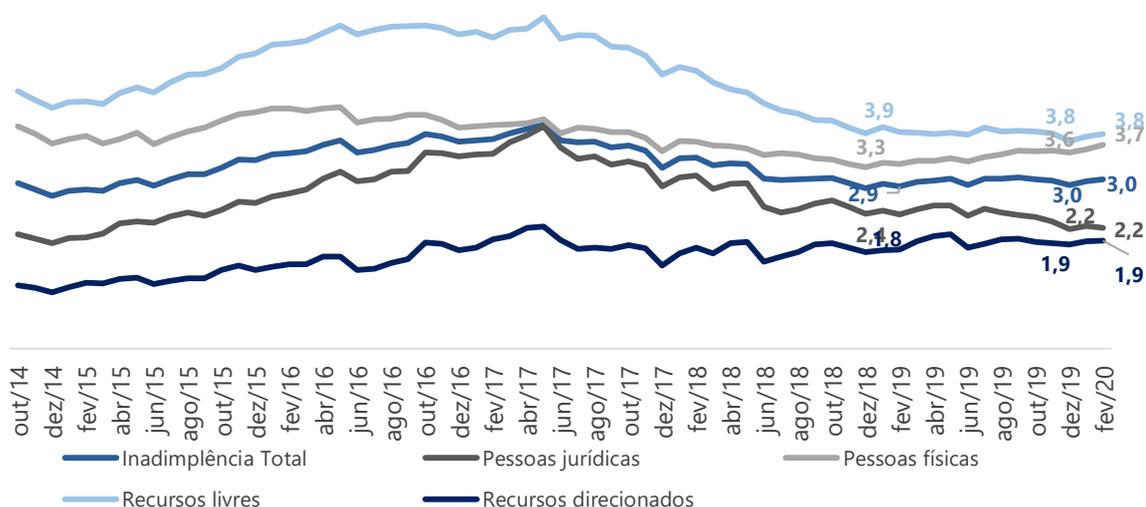
Fonte: Banco Central

Elaboração: Ideies / Findes

O indicador de inadimplência total de fevereiro ficou estável em 3,0%, mesmo patamar registrado no mês anterior. O nível de inadimplência de todos os demais

indicadores em fevereiro se mostrou estável, a exceção do nível de inadimplência das famílias, que mostrou leve expansão de (+0,1 p.p.) conforme gráfico 23.

Gráfico 23 – Taxa de Inadimplência por tipo de tomador e tipo de recurso – Brasil (%)

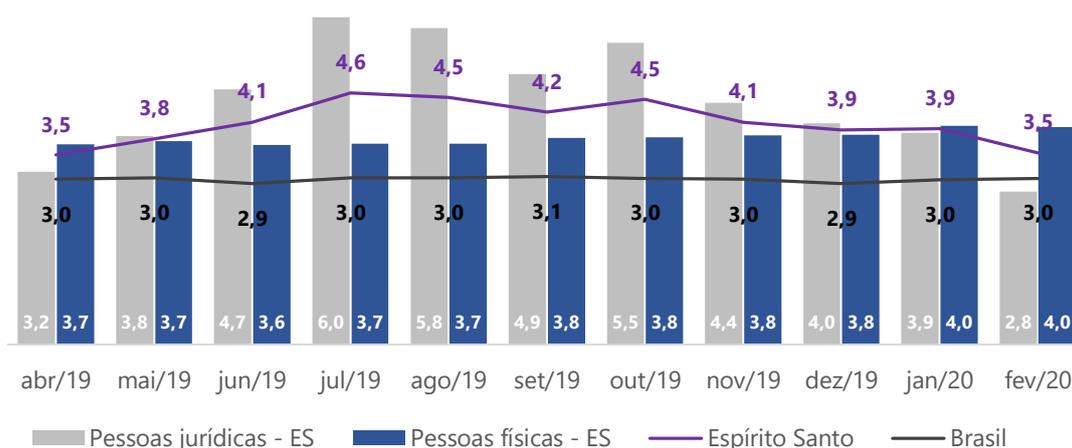


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

No Espírito Santo, a taxa de inadimplência total caiu -0,4 p.p., na comparação de fevereiro contra janeiro de 2020. Pelo quarto mês consecutivo a taxa média de inadim-

plência com empresas apresentou retração, ficando em 2,8%, patamar -1,1 p.p. menor em relação a janeiro. A taxa de inadimplência com família se manteve estável.

Gráfico 24 – Taxa de Inadimplência total – Espírito Santo e Brasil (%)

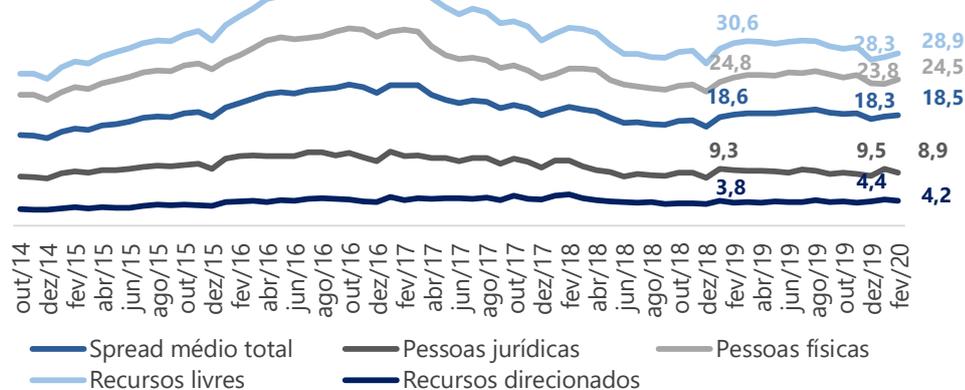


Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

O spread bancário médio alcançou 18,5 p.p. em fevereiro, aumento de +0,2 p.p. quando comparado com janeiro, por causa do aumento do spread médio das operações de crédito com recursos livres (+0,6 p.p.) e pelo spread

médio nas operações de crédito com pessoas físicas (+0,7 p.p.). Para Pessoas Jurídica, o spread médio caiu -0,6 p.p.

Gráfico 25 – Spread médio, por tipo de tomador e por tipo de recurso - Brasil (em p.p.)



Fonte: Banco Central
Elaboração: Ideies / Findes

6. Finanças Públicas Estaduais

Um importante acontecimento do mês de abril no âmbito das finanças públicas dos estados foi a aprovação do substitutivo do Projeto de Lei Complementar nº 149/2019 na Câmara dos Deputados. O projeto original, apelidado de Plano Mansueto, vinha em tramitação há mais de um ano e pretendia oferecer um estímulo de reformas fiscais a alguns estados em situação mais crítica, dando-lhes garantias para novos empréstimos, desde que atendidas contrapartidas de ajustes e contenção de despesas. Era uma busca por um aperfeiçoamento do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) instituído em 2017.

O substitutivo aprovado pela Câmara em meio à pandemia do COVID-19 alterou substancialmente o conteúdo do projeto. Diante das dificuldades de perdas de receitas e da necessidade de ampliação de gastos para o combate à pandemia, a difícil situação fiscal já enfrentada por alguns estados tende a ficar ainda mais dramática, e isso virou ingrediente político na movimentação da Câmara dos Deputados em favor dos estados.

O novo projeto aprovado se mostra mais generoso e menos rigoroso com os entes subnacionais.

Ele prevê, por exemplo: a suspensão do pagamento de dívidas de todos os estados com a União até o final de

2020; a ampliação do limite de contratação de operações de crédito com garantias da União para ações de combate ao COVID-19 e para estabilização da receita no exercício de 2020; a possibilidade de suspensão do pagamento de operações de crédito celebradas com o sistema financeiro e instituições multilaterais de crédito durante o exercício de 2020; e a compensação, por parte da União, das quedas de arrecadação do ICMS para os estados e do ISS para os municípios, resultadas da diferença nominal entre o arrecadado em abril, maio e junho de 2020 e os mesmos meses do ano anterior.

Segundo cálculos da Instituição Fiscal Independente (IFI) apenas a medida de compensação das quedas de ICMS e ISS terá impacto de cerca de R\$ 40 bilhões para a União⁶⁴.

Em nota técnica da Secretaria do Tesouro Nacional⁶⁵ são estimados números parecidos, R\$ 41 bilhões, para as compensações e ainda mais R\$ 55 bilhões em operações de crédito autorizadas pelo substitutivo e R\$ 9 bilhões em suspensão das dívidas com a Caixa e o BNDES, o que totalizaria um impacto de R\$ 105 bilhões do novo projeto para a União⁶⁶.

⁶⁴ Confira a lista de pleitos realizados junto ao poder público e a atualização sobre o atendimento e implementação das medidas em: <https://findes.com.br/medidascoronavirus/pleitojuntoao poderpublico/>

⁶⁵ Confira a nota técnica na íntegra: https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2020/04/SEI_ME-7500419-Nota-T%C3%A9cnica.pdf

⁶⁶ Há especialistas que apontam como desastroso esse desenho de cooperação federativa que emergiu como enfrentamento à crise, com gestão de riscos inadequada, sobreposição de políticas entre os diferentes níveis federativos e desnecessário aumento do endividamento dos entes subnacionais. Confira o artigo do economista do IBRE/FGV, Manoel Pires: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/governos-se-tornaram-gestores-de-riscos-coletivos>

O Tesouro Nacional ainda destaca que outras frentes como a suspensão de dívidas por liminares em função do COVID-19, que já foram conseguidas por alguns estados⁶⁷, a possibilidade de renegociações de dívidas com outras instituições financeiras e as transferências para recomposição dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) já anunciadas pelo Governo Federal, podem somar de R\$ 54 bilhões a R\$ 74 bilhões, totalizando um apoio da União que ultrapassará R\$ 159 bilhões aos entes subnacionais para combate ao COVID-19.

Todo esse valor deverá ser financiando via aumento do déficit primário, que mesmo sem os impactos do projeto já é estimado em torno de R\$ 500 bilhões (7% do PIB) neste ano, e aumento do endividamento público.

Em resumo, o novo projeto de socorro aos estados e municípios oferece medidas de alívio por meio do caixa do Tesouro Nacional, entretanto, não há contrapartida de ajuste por parte das gestões estaduais e municipais.

O projeto ainda passará por votação no Senado Federal e há expectativas e sinais de negociação para que os senadores interfiram em favor da adição de medidas de contrapartida por parte dos entes subnacionais em troca das ajudas oferecidas e de algum ajuste nos cálculos desses benefícios estipulados.

No que diz respeito à análise conjuntural das contas públicas do Espírito Santo em 2020, os números apurados pelo Portal da Transparência do governo estadual até o final do mês de março mostram queda na arrecadação e elevação nas despesas.

A receita estadual, considerando o acumulado nos três primeiros meses do ano, totaliza R\$ 4,32 bilhões, representando uma queda real de -4,7% em comparação ao mesmo período de 2019. As principais reduções se deram nas receitas do petróleo e em outras receitas correntes. No caso das despesas, o total liquidado até o mês de março é de R\$ 3,36 bilhões, o que representa um aumento de 7,1% em comparação ao mesmo período de 2019.

Tabela 13 - Receitas e Despesas do Governo do Espírito Santo - 2019 e 2020 (em R\$ milhões)¹

Receitas e despesas ²	Jan - Mar	Jan - Mar	Varição (R\$)	Varição (%)	Previsão	Realizado
	2019	2020	2020-2019	2020/2019	2020	2020 (%)
	(a)	(b)	(b) - (a)	(b) / (a)	(c)	(b) / (c)
Receita Total	4.534	4.321	-212	-4,7	19.749	21,9
Receita Tributária	3.282	3.318	36	1,1	13.067	25,4
ICMS Total	2.865	2.926	61	2,1	10.821	27,0
ICMS - Comércio	577	618	40	7,0	2.059	30,0
ICMS - Indústria	447	423	-23	-5,2	1.585	26,7
Outras Receitas Tributárias	416	391	-25	-6,0	2.247	17,4
Transferências Correntes	1.453	1.392	-61	-4,2	5.848	23,8
FPE	448	439	-8	-1,9	1.518	28,9
IPI	52	48	-4	-7,7	209	22,8
Royalties e Part. Especiais	499	425	-73	-14,7	2.257	18,9
Demais Transf. Correntes	455	480	25	5,5	1.864	25,7
Demais Receitas	1.183	1.022	-161	-13,6	6.112	16,7
(-) Deduções da Receita	-1.384	-1.411	-27	1,9	-5.278	26,7
Despesa Total	3.137	3.361	224	7,1	18.775	17,9
Pessoal e Encargos Sociais	2.107	2.159	52	2,4	10.917	19,8
Investimentos	60	88	28	46,8	1.731	5,1
Demais Despesas	970	1.114	144	14,9	6.126	18,2

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

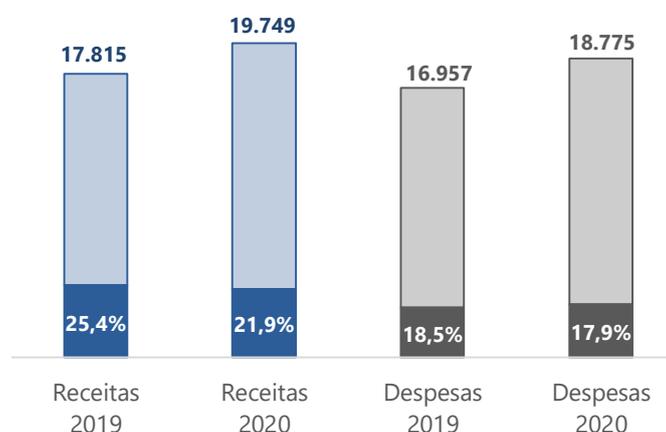
⁶⁷ Esse é o caso do Espírito Santo que, segundo números do Tesouro Nacional, terá suspensão do pagamento de R\$ 46,8 milhões por seis meses, via liminar, e poderá ter a suspensão de outros R\$ 23,4 milhões caso o projeto seja aprovado e amplie o prazo até o fim do ano.

Considerando o primeiro trimestre transcorrido, as receitas arrecadadas alcançaram 21,9% do total previsto para o ano, enquanto as despesas somam 17,9% do previsto no orçamento (gráfico 26).

As receitas totais de ICMS no ano apresentam uma elevação de 2,1% até o fim de março. No entanto, ao se abrir as principais contas que as compõem, observa-se quedas de -5,2% no ICMS Indústria, de -4,1%, no ICMS Importação e de -12,8% no ICMS Serviços de Energia Elétrica.

O gráfico 27 mostra os montantes arrecadados via ICMS nos três primeiros meses dos últimos anos e as participações das principais contas no total.

Gráfico 26 - Receitas e despesas orçadas para o ano (em R\$ milhões) e total realizado (em %) - Governo do Espírito Santo, janeiro a março - 2019 e 2020



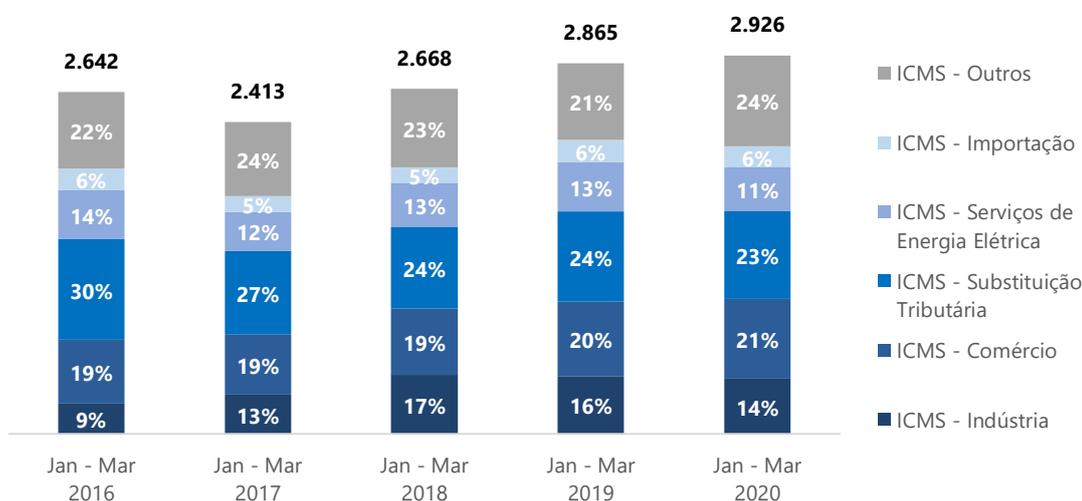
Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES e Lei Orçamentária Anual/ES

Elaboração: Ideies / Findes

Gráfico 27 - Receitas de ICMS (em R\$ milhões) e participação (%) por setor - Governo do Espírito Santo



Nota: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2020

Fonte: Portal da Transparência ES

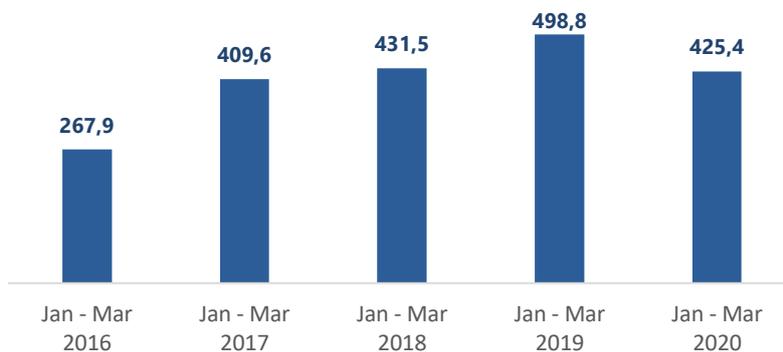
Elaboração: Ideies / Findes

As receitas do petróleo, que incluem os royalties e as participações especiais recebidas pelo Governo do Estado, acumulam queda de -14,7% no primeiro trimestre, em comparação ao mesmo período do ano passado.

A queda na produção e a grande baixa nos preços do barril de petróleo⁶⁸ afetam o recebimento dessas transferências da União.

⁶⁸ Saiba mais sobre estes dois efeitos nas seções de "Desempenho Industrial" e de "Comércio Exterior" deste Boletim.

Gráfico 28 - Receitas do Petróleo - Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2020

Nota 2: inclui royalties e participações especiais; não inclui os valores retroativos referente ao acordo do Parque das Baleias

Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Vale ressaltar que a expectativa inicial do Governo do Estado, conforme consta na Lei Orçamentária de 2020, era de uma receita total proveniente das atividades de exploração de petróleo de cerca de R\$ 2,2 bilhões.

Com as muitas mudanças no cenário de produção, nos preços internacionais e na cotação do dólar, a atual previsão da Agência Nacional do Petróleo para o Espírito Santo em 2020 é de uma receita de R\$ 408,6 milhões em royalties e de R\$ 829,6 milhões em participações especiais, o que totalizaria R\$ 1,2 bilhão em receitas.

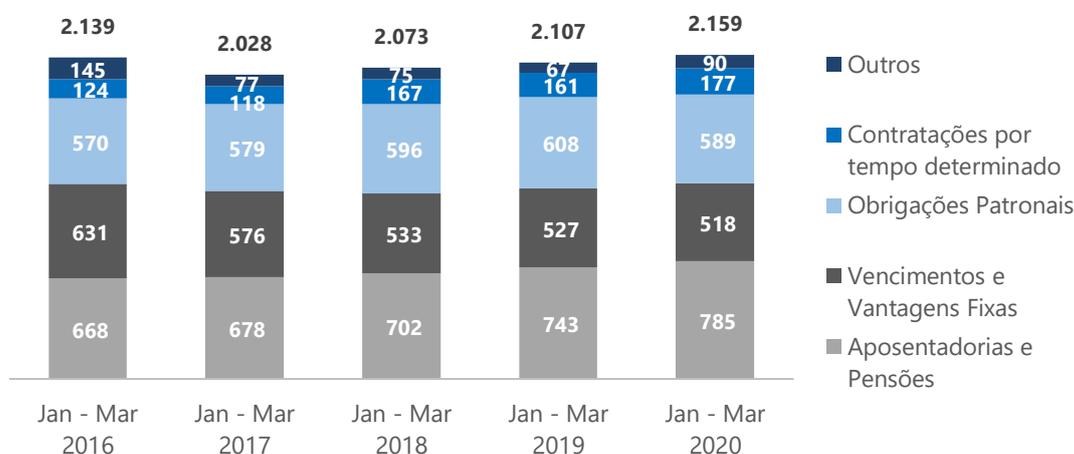
A queda de cerca de R\$ 1,0 bilhão no recebimento desses montantes já havia sido sinalizada como preocupação pelo Governo do Estado e, segundo o secretário estadual

da Fazenda, deverá impactar nas despesas previstas de investimentos e custeio⁶⁹. A intenção é cobrir os investimentos com valores do Fundo de Infraestrutura e promover contingenciamentos no custeio.

No lado das despesas, os gastos com pessoal representam a maior parte do orçamento. No primeiro trimestre de 2020, esse grupo de despesas teve aumento de 2,4% em relação aos três primeiros meses do ano passado, somando R\$ 2,16 bilhões.

Apesar da redução dos montantes gastos em obrigações patronais e em vencimentos dos servidores ativos, houve alta no dispêndio com aposentadores e pensões e também com contratações por tempo determinado.

Gráfico 29 - Despesas com pessoal e encargos sociais (em R\$ milhões) – Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES

⁶⁹ Veja mais em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/22/rio-e-espirito-santo-refazem-calculos-para-royalties-de-petroleo.ghtml>

Na análise das despesas sob a ótica da função, é possível observar que houve um significativo aumento dos gastos com saúde neste primeiro trimestre, o que tem a ver com os esforços no combate à pandemia do COVID-19. O crescimento dos gastos na área foi de 11,3%,

acima do crescimento total das despesas que foi de 7.1%.

A Previdência Social continua como a maior função de despesas do Governo do Estado, enquanto a educação ultrapassou a Segurança Pública na 3ª posição do ranking.

Tabela 14 - Despesas por função – Governo do Espírito Santo (em R\$ milhões)

Funções	Jan - Mar 2019 (em R\$ milhões)	Jan - Mar 2020 (em R\$ milhões)	Participação em 2020 (%)	Varição (%) 2020/2019
Previdência Social	746,1	720,4	21,4%	-3,4%
Saúde	588,8	655,4	19,5%	11,3%
Educação	478,6	494,6	14,7%	3,3%
Segurança Pública	525,9	478,0	14,2%	-9,1%
Encargos Especiais	272,4	359,1	10,7%	31,9%
Administração	151,5	232,2	6,9%	53,3%
Direitos da Cidadania	119,2	122,0	3,6%	2,3%
Transporte	98,8	102,6	3,1%	3,9%
Agricultura	42,7	44,5	1,3%	4,3%
Outros*	112,9	151,8	4,5%	34,5%
Total	3.136,8	3.360,6	100,0%	7,1%

Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Nota 3: a categoria "Outros" engloba as seguintes funções: Essencial à Justiça, Assistência Social, Urbanismo, Ciência e Tecnologia, Saneamento, Gestão Ambiental, Comércio e Serviços, Cultura, Desporto e Lazer, Comunicações, Indústria, Habitação, Trabalho.

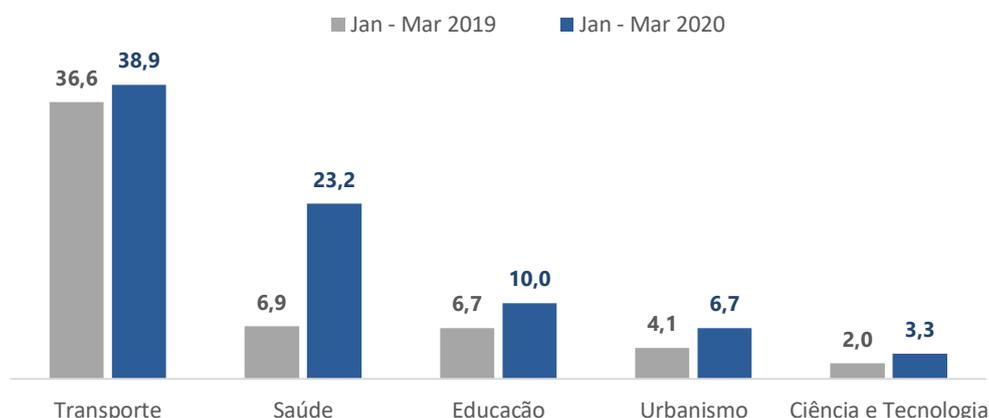
Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

Quando se analisa os investimentos por função, a elevação dos gastos com a saúde também é observada.

Atrás apenas dos investimentos em transporte, a saúde teve um salto de 234% em comparação ao mesmo período de 2019, alcançando R\$ 23,2 milhões em investimentos.

Gráfico 30 - Principais Investimentos, por função (em RS milhões) - Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

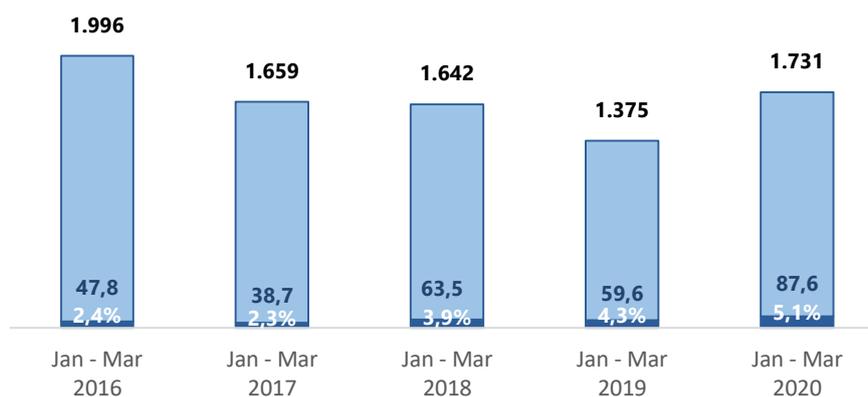
Fonte: Portal da Transparência ES

Elaboração: Ideies / Findes

O desempenho total dos investimentos, no entanto, segue padrão dos últimos anos e ainda se mantém tímidos no primeiro trimestre do ano. Os R\$ 87,6 milhões

liquidados até o final do mês de março são o maior valor deste 2016, mas representam apenas 5,1% do total orçado para os investimentos neste ano.

Gráfico 31 - Investimento total orçado para o ano (em R\$ milhões) e quantidade realizada (em R\$ milhões e em %) - Governo do Espírito Santo



Nota 1: Valores deflacionados pelo IPCA de março/2020

Nota 2: Despesas liquidadas

Fonte: Portal da Transparência ES e Lei Orçamentária Anual/ES (2015-2019)

Elaboração: Ideies / Findes

Durante os próximos meses, a aceleração do ritmo dos investimentos públicos e privados deverá ser um importante mecanismo para ampliar as medidas de

combate ao COVID-19 bem como para estimular a retomada da economia no período pós pandemia.

7. Comentários Finais

O mês de abril foi de impactos crescentes no Brasil e em todo o mundo em relação aos números de casos confirmados e de óbitos ocasionados pelo COVID-19.

As medidas de distanciamento social e de restrição ao funcionamento de algumas atividades econômicas ainda foram a realidade predominante, embora algumas localidades já comecem a anunciar planos de flexibilização baseados em variáveis como: queda na velocidade da transmissão, redução da taxa de contaminação por habitantes e ampliação da capacidade do sistema de saúde. São muitas variáveis em jogo e os planos de flexibilização do distanciamento social precisam ser muito bem planejados e executados, sob risco de retorno de novas fortes ondas de contaminação.

Abril também consolidou um forte movimento de revisões de expectativa sobre a economia mundial para 2020. As

principais instituições internacionais, bancos e consultorias apontam para uma recessão global (-3,0%, segundo o FMI) neste ano, com tendência de recuperação em V, ou seja, com forte retomada da atividade em 2021 (o FMI prevê que o mundo crescerá 5,8% no próximo ano).

Para o Brasil, um roteiro volta a se repetir: as expectativas do início do ano por um melhor crescimento do PIB nacional findarão frustradas. Neste ano um evento externo de magnitude inimaginável é o grande responsável pela revisão das expectativas. O resultado final não será nem mesmo um modesto crescimento de cerca de 1,0% do PIB, como aconteceu nos últimos três anos, mas sim uma violenta retração que já é prevista em -5,3% segundo o FMI. O Boletim Focus do Banco Central projeta queda de -3,34% no PIB, considerando a mediana das instituições financeiras consultadas (algumas já apontam -6,00%). Já são 11ª semanas seguidas de revisão para baixo, o que não deve parar por aí.

A inflação segue com comportamento estável no Brasil, com 3,30% no acumulado em 12 meses até março. Os últimos resultados das pesquisas setoriais do IBGE mostraram o comércio e os serviços com crescimento nos dois primeiros meses do ano, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo, enquanto a indústria permaneceu com queda na produção física, o que, no caso capixaba, puxa o índice de atividade econômica estadual para o campo negativo. Por serem resultados de fevereiro, do momento pré-pandemia, esses indicadores ainda não refletem os impactos da crise nos setores e na economia como um todo. É provável que os próximos resultados das pesquisas referentes ao mês de março já comecem a revelar a trajetória de queda dos indicadores.

Para além dos imensos desafios da saúde pública e da economia, no campo político o Brasil enfrentou um mês de abril muito conturbado. Marcado em seu início por uma polarização política pró distanciamento social versus pró flexibilização das medidas, o país esteve diante de uma guerra de narrativas, inclusive por parte de autoridades, que pouco ajudava e muito confundia a população. O desenrolar dos fatos culminou na queda do então ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, em 16 de abril. O clima piorou com

as desavenças públicas entre o presidente da República, Jair Bolsonaro, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Em meio a tudo isso, a Câmara aprovou um controverso projeto de ajuda da União aos estados e municípios, que ainda deverá passar pelo Senado. Este projeto gerou preocupação para analistas econômicos e para a equipe do Ministério da Economia. Por fim, mas não menos importante, no dia 24 de abril foi a vez do então ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, entregar o cargo e deixar o Governo Federal, fragilizando sua base de apoio e fazendo fortes acusações contra o presidente da República, que ainda deverão repercutir na vida política do país. Após a saída de Moro, houve um movimento público de fortalecimento da imagem do Ministro da Economia, Paulo Guedes, por parte do presidente.

Em um momento em que a discussão das soluções emergenciais de combate à pandemia e à crise econômica ganham ainda mais relevância no Congresso, bem como a importância das reformas estruturantes pós-pandemia deverá se tornar ainda maior e mais urgente, as crises políticas e a deterioração da relação entre os três poderes tendem a ser mais um empecilho para o encaminhamento dos grandes problemas brasileiros.

Anexo I – Medidas adotadas pelo Governo Federal

Tabela I.1- Condições operacionais da linha de crédito do BNDES a micro, pequenas e média empresa (MPMEs)

Crédito a MPMEs - Capital de Giro – BNDES (R\$ 5 bilhões)

Para solicitar seu financiamento, você deve procurar um agente financeiro credenciado do BNDES, que pode ser um banco ou uma agência de fomento.

A classificação do porte da empresa é baseada na Receita Operacional Bruta Anual (em milhões):

Micro: até R\$360 mil

Pequena: entre R\$360 mil e R\$4,8 milhões

Média: entre R\$4,8 milhões e R\$ 300 milhões

Atuação com parceira em:

- Bancos comerciais públicos e privados
- Cooperativas de crédito/Bancos de cooperativas
- Bancos de desenvolvimento/Agências de fomento
- Bancos de montadoras

Garantias: A garantia é de livre negociação entre a instituição financeira credenciada e a beneficiária do financiamento, observadas as normas pertinentes do Conselho Monetário Nacional. O cliente poderá complementar a garantia, utilizando o BNDES FGI (Fundo Garantidor do Investimento).

O cliente poderá complementar a garantia, utilizando o BNDES FGI (Fundo Garantidor do Investimento).

Modalidade de operação: a operação é indireta porque é feita por agentes financeiros credenciados e não diretamente com o BNDES.

Negociação: O BNDES apenas coloca a condição do produto. A definição das taxas, prazos, valores, garantias, etc., é feita pelo a instituição financeira credenciada e o beneficiário do financiamento. O banco enviará proposta para validação do BNDES, e o BNDES fará a análise, que liberará ou não os recursos.

Taxa de juros:

Custo Financeiro		Taxa do BNDES		Taxa do agente financeiro*
TFB (Taxa Fixa do BNDES) ou TLP (Atrelado ao IPCA) ou SELIC	+	1,25 % a.a. (rem BNDES)	+	Spread Agente Financeiro

Prazos: Prazo total de até 5 anos, incluindo carência de até 2 anos

Fonte: BNDES

Elaboração: Ideies/Findes

*Negociada entre a instituição e o cliente.

Tabela I.2 - Resumo das medidas anunciadas pelo Banco Central

Liberação de Liquidez		R\$ 1.216,2 bi (16,7% do PIB)
Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR)		R\$ 135,0 bi
Nova liberação adicional de depósitos compulsórios		R\$ 68,0 bi
Flexibilização das regras da LCA ¹		R\$ 2,2 bi
Empréstimo com lastro em LF garantidas		R\$ 670,0 bi
Compromissadas com títulos soberanos brasileiros		R\$ 50,0 bi
Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais – NDPGE		R\$ 200,0 bi
Empréstimo com lastro em debêntures ²		R\$ 91,0 bi
Liberação de Capital³		R\$ 1.157,0 bi (15,8% do PIB)
Overhedge ⁴		R\$ 520,0 bi
Redução do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACCP) ⁴		R\$ 637,0 bi
Dispensa de provisionamento por repactuação		R\$ 3.200,0 bi ⁶
Outras medidas		
Linha de swap de dólar do BC em cooperação com o Fed		US\$ 60,0 bi
% do PIB		4,1%
Criação de linha de crédito especial para PME'S		R\$ 0,5 bi
% do PIB		0,5%

1. Para facilitar crédito ao agronegócio e dar liquidez aos bancos

2. Para estimular o mercado secundário

3. Impacto potencial sobre o mercado de crédito

4. Medida visa dar segurança aos bancos para manter e ampliar planos de concessões de crédito

5. Medida atinge todos os bancos

6. Volume de crédito potencialmente beneficiado. Ver Resolução nº 4.782/2020

Fonte: Banco Central

Anexo II – Medidas adotadas pelo Governo do Espírito Santo

Tabela II.1 - Linhas de crédito emergencial dos bancos estaduais para enfrentar a crise do COVID-19

Banestes	Bandes
Linha de Crédito Emergencial para empresas (R\$ 300 milhões)	
Critérios: O valor do financiamento varia conforme capacidade de contratação da empresa. Crédito orientado a suprir as necessidade de capital de giro e recursos financeiros essenciais a empresas de todos os portes.	
R\$ 250,00 milhões	R\$ 50,00 milhões
Taxa: a partir de CDI + 0,32% ao mês.	
Carência: até 6 meses	
Prazo de pagamento: até 48 meses	
Linha de Microcrédito Emergencial (R\$ 50 milhões)*	
Critérios: Microempreendedores atingidos pela crise do Covid-19. O principal diferencial desta linha emergencial, é a possibilidade de suporte financeiro ao informal, que não possui renda comprovada.	
Taxas:	
01 a 12 meses: 0,65% a.m.	
13 a 24 meses: 0,80% a.m.	
25 a 36 meses: 0,95% a.m.	
Prazo de pagamento: Prazo máximo total de 36 meses, incluindo o período de carência.	
Carência: até 6 meses	
Valor: de R\$ 200 até R\$ 20.000	
Período de contratação: 3 meses, a partir do dia 23 de março de 2020, podendo ser prorrogado por igual período.	
Linhas de crédito com garantia adicional - Fundo de Aval Bandes (R\$ 100 milhões)**	
Objetivo de prestar garantia (total ou parcial) aos empréstimos levantados por micro e pequenas empresas junto ao Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes), que não consigam apresentar outras formas de garantia. O Bandes, por meio deste fundo atuará como avalista do empresário que contratará o recurso junto ao Banestes.	
Microcrédito Emergencial Covid-19 – Fundo para Microempreendedores individuais (R\$ 30 milhões)	
Critérios: Microempreendedores Individuais (MEI), autônomos, cooperativas de agricultura familiar, artesãos e economia solidária.	
Condições:	
Valor – até R\$ 5.000,00	
Taxa - zero	
Correção monetária - zero	
Prazo - 24 meses	
Carência - 6 meses	
Quantidade máxima de parcelas: até 18 parcelas.	
Condição - Estar adimplente com suas obrigações no Banestes e não ter apresentado atraso superior a 60 dias nos últimos 12 meses junto ao Banestes.	
Capital de Giro Emergencial Covid-19 – Fundo para Microempresas (R\$ 70 milhões)	
Critérios: Microempresas (faturamento até R\$ 360 mil anuais), que tenham empregados. Ao acessar este financiamento, a microempresa assumirá o compromisso de não reduzir seu quadro de funcionários enquanto durar a operação.	
Condições:	
Valor – até R\$ 31.500,00	
Taxa – Selic (atualmente em 3,75% a.a.)	
Prazo - 48 meses	
Carência - 6 meses, sem cobrança de encargos.	
Condição - Que a empresa não demita, estar adimplente com suas obrigações no Banestes, e não ter apresentado atraso superior a 60 dias nos últimos 12 meses junto ao Banestes	
Garantia: Aval do sócio (desburocratizado)	

Medidas de parcelamento de dívidas***

Critério: Clientes adimplentes e em boas condições financeiras

Pessoa Jurídica para as linhas de crédito:

Capital de Giro
Crédito Investimento
Microcrédito
Financiamento de Bens

Pessoa Física para os produtos (poderão solicitar o parcelamento em até 180 dias):

Crédito Pessoal (exceto consignado)
Crédito imobiliário
Financiamento de Veículos

Crédito rural

Clientes poderão negociar o parcelamento em conformidade à legislação vigente, de acordo com as regras do Manual de Crédito Rural (MCR)

Pessoa Jurídica para os segmentos:

Turismo
Hotelaria
Bares
Restaurantes
Entretenimento

*Linha de Microcrédito Emergencial operado pelo Programa Nossocrédito

**Aberto o processo de captação de propostas para contratação desta linha de crédito

***Medidas de prorrogação de prazos adotadas no dia 16/03/2020 pelos bancos estaduais capixabas alinhadas às resoluções nº 4.782 e nº 4.783 do CMN de 16/03/2020.

Fonte: Banestes/Bandes/Governo do Estado do Espírito Santo

Elaboração: Ideies/Findes

Tabela II.2- Linhas de crédito setorial anunciadas pelo Bandes

Bandes	
Linhas de crédito por setor	
<p>Crédito para Inovação e Tecnologia</p> <p>Taxa: a partir de 1% a.a. + TJLP Carência: até 12 meses Prazo de pagamento: até 60 meses</p>	<p>Crédito para indústria de Rochas</p> <p>Taxa: a partir de 0,17 a.m. + CDI Carência: até 30 meses Prazo de pagamento: até 120 meses</p>
<p>Crédito para Negócios Turísticos</p> <p>Taxa: a partir de 0,41 a.m. + INPC Carência: até 24 meses Prazo de pagamento: até 120 meses</p>	<p>Crédito para Maquinário e Equipamento</p> <p>Taxa: a partir de 0,17 a.m. + CDI Carência: até 30 meses Prazo de pagamento: até 120 meses</p>
<p>Crédito para Eficiência Energética</p> <p>Taxa: a partir de 0,17 a.m. + CDI Carência: até 30 meses Prazo de pagamento: até 120 meses</p>	<p>Crédito para Indústria</p> <p>Taxa: a partir de 0,17 a.m. + CDI Carência: até 24 meses Prazo de pagamento: até 120 meses</p>

Fonte: Bandes/Governo do Estado do Espírito Santo

Elaboração: Ideies/Findes

Tabela II.3 – Outras medidas recentes de auxílio econômico do Banestes de combate à pandemia do novo coronavírus (Covid-19)

Banestes	
Linha de crédito para Serviços	Isenção de juros para utilização do cheque especial para pessoa física
<p>Redução de taxas e isenção de tarifa no pagamento de contas de consumo e tributos com cartão de crédito Banescard.</p> <p><i>Taxas de juros:</i></p> <ul style="list-style-type: none">- Isenção para pagamento em 01 parcela (100% de redução);- Juros de 1,00% a.m. para pagamentos em 02 ou 03 parcelas (50% redução);- Juros de 1,50% a.m. para pagamentos em 04 a 06 parcelas (42,31% redução). <p>Isenção da Tarifa sobre o serviço</p> <ul style="list-style-type: none">- Disponível exclusivamente para pagamento de contas de consumo (água, luz, telefone e internet) e tributos Estaduais e Municipais (IPVA, IPTU, ISS e taxas).- Limites de valores de R\$ 5.000,00 para pagamento de tributos e de R\$ 1.000,00 para as contas de consumo.- Disponível somente nos canais Internet Banking e Aplicativo Banestes Cartões.- Vigência da ação: de abril a junho de 2020.	<p>Ampliação de até 15 dias sem cobrança de juros para utilização do cheque especial Banestes.</p> <p>O benefício é renovado a cada mês e estará vigente durante o período da pandemia.</p>

Fonte: Banestes

Elaboração: Ideies / Findes

BOLETIM ECONÔMICO CAPIXABA

Publicação do Ideies – Instituto de Desenvolvimento Educacional e Industrial do Espírito Santo

ISSN 2595-9247

Entidade da Fines | Gerência de Estudos Econômicos

Revisão

Marcelo Barbosa Saintive

Silvia Buzzzone de Souza Varejão

Elaboração

Cenário Econômico – Jordana Teatini Duarte e Rodrigo Taveira Rocha

Desempenho Industrial – Thais Maria Mozer

Comércio Exterior – Taíssa Farias Soffiatti

Crédito – Balmore Alírio Cruz Aguilar

Finanças Públicas Estaduais – Rodrigo Taveira Rocha

Comentários Finais – Rodrigo Taveira Rocha

 (27) 3334-5689 |  ideies.org.br |  @ideies |  (27) 98818-2897